

Coordenação-Geral de Contabilidade



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2º TRIMESTRE DE 2021

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



30 de junho de 2021.

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis .....</b>	<b>3</b>
<b>Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>6</b>
<b>Balanço Patrimonial.....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações das Variações Patrimoniais .....</b>	<b>8</b>
<b>Balanço Orçamentário .....</b>	<b>10</b>
<b>Balanço Financeiro .....</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....</b>	<b>14</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>15</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS .....</b>	<b>16</b>
<b>Nota 01 – COVID-19.....</b>	<b>16</b>
<b>Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP .....</b>	<b>17</b>
<b>Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP .....</b>	<b>19</b>
<b>Nota 04 – Bens Imóveis – BP.....</b>	<b>20</b>
<b>Nota 05 – Amortização do Intangível - BP .....</b>	<b>22</b>
<b>Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP .....</b>	<b>23</b>
<b>Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – BP .....</b>	<b>24</b>
<b>Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP.....</b>	<b>25</b>
<b>Nota 09 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP .....</b>	<b>26</b>
<b>Nota 10 – Obrigações Contratuais – BP .....</b>	<b>28</b>
<b>Nota 11 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP .....</b>	<b>29</b>
<b>Nota 12 – Pessoal e Encargos – DVP.....</b>	<b>30</b>
<b>Nota 13 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – DVP .....</b>	<b>30</b>
<b>Nota 14 – Demais Receitas Patrimoniais – BO .....</b>	<b>31</b>
<b>Nota 15 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO .....</b>	<b>32</b>
<b>Nota 16 – Resultado Orçamentário – BO.....</b>	<b>32</b>
<b>Nota 17 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO.....</b>	<b>33</b>
<b>Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF .....</b>	<b>35</b>
<b>Nota 19 – Segurança Pública – DFC .....</b>	<b>36</b>
<b>Nota 20 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC.....</b>	<b>37</b>
<b>Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL .....</b>	<b>38</b>

## APRESENTAÇÃO

### Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCONs) do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs são de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas (NE)

### Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

#### Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

#### Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

#### Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

## Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

### Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação  
n = vida útil da acessão  
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

## Intangível

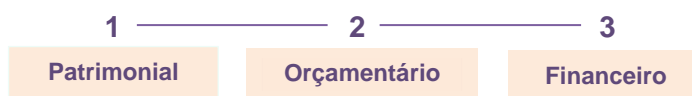
Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como *softwares*, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os *softwares*, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

## Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

## Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



### 1. Resultado patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

### 2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### 3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

## Balanco Patrimonial

R\$ milhares			
ATIVO	NE	30/06/2021	31/12/2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.417.321</b>	<b>8.122.783</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	5.501.269	6.404.276
Créditos a Curto Prazo		1.805.050	1.615.613
Demais Créditos e Valores		1.805.050	1.615.613
Estoques		111.002	102.894
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>237.439.384</b>	<b>228.132.812</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.528.099	2.301.315
Créditos a Longo Prazo	03	2.528.099	2.301.315
Dívida Ativa Não Tributária		2.668.270	2.477.930
Demais Créditos e Valores		935.000	898.558
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(1.075.172)	(1.075.172)
Investimentos		22	22
Participações Permanentes		0	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		234.584.502	225.577.031
Bens Móveis		3.397.198	3.110.840
Bens Móveis		4.454.396	4.155.244
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.057.198)	(1.044.403)
Bens Imóveis		231.187.304	222.466.191
Bens Imóveis	04	231.227.726	222.505.998
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(40.422)	(39.807)
Intangível		326.762	254.443
Softwares		326.744	254.425
Softwares		339.163	265.479
(-) Amortização Acumulada de Softwares	05	(12.419)	(11.054)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>244.856.705</b>	<b>236.255.595</b>

PASSIVO	NE	30/06/2021	31/12/2020
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.388.215</b>	<b>1.182.489</b>
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	961.762	838.536
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	104.443	8.017
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		3	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		77.718	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	08	244.289	335.937
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.931</b>	<b>2.931</b>
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		1.265	1.265
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		1.627	1.626
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>1.391.146</b>	<b>1.185.420</b>

Fonte: Siafi.

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>243.465.559</b>	<b>235.070.175</b>
<b>Demais Reservas</b>		<b>2.234</b>	<b>2.205</b>
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>243.463.326</b>	<b>235.067.971</b>
Resultado do Exercício		8.337.633	119.912.879
Resultados de Exercícios Anteriores	<b>09</b>	235.067.971	114.999.485
Ajustes de Exercícios Anteriores		57.722	155.606
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>244.856.705</b>	<b>236.255.595</b>

Fonte: Siafi.

<b>QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES</b>					
<b>ATIVO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo Financeiro	5.501.395	6.404.397	Passivo Financeiro	7.478.990	4.718.882
Ativo Permanente	239.355.310	229.851.198	Passivo Permanente	259.490	302.698
			<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>237.118.226</b>	<b>231.234.015</b>

Fonte: Siafi.

<b>QUADRO DE COMPENSAÇÕES</b>				
<b>ATIVO</b>				
	<b>Saldo dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>NE</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo dos Atos Potenciais Ativos</b>			<b>295.346</b>	<b>269.898</b>
Atos Potenciais Ativos			295.346	269.898
Garantias e Contragarantias Recebidas			238.838	211.552
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres			56.426	58.265
Direitos Contratuais			82	82
<b>TOTAL</b>			<b>295.346</b>	<b>269.898</b>

<b>QUADRO DE COMPENSAÇÕES</b>				
<b>PASSIVO</b>				
	<b>Saldo dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>NE</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo dos Atos Potenciais Passivos</b>			<b>5.115.341</b>	<b>4.905.343</b>
Atos Potenciais Passivos			5.115.341	4.905.343
Garantias e Contragarantias Concedidas			28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos			2.458.232	2.622.909
Obrigações Contratuais		<b>10</b>	2.657.080	2.282.405
<b>TOTAL</b>			<b>5.115.341</b>	<b>4.905.343</b>

Fonte: Siafi.

<b>DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>SUPERAVID/DÉFICIT FINANCEIRO</b>
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>(3.608.137)</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>(1.630.542)</b>
Educação	299
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(191.101)
Previdência Social (RPPS)	(240.516)
Dívida Pública	(76.817)
Alienação de Bens e Direitos	31.034
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.107.644
<b>TOTAL</b>	<b>(1.977.595)</b>

Fonte: Siafi.

## Demonstrações das Variações Patrimoniais

### Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/06/2021	30/06/2020
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>239.759</b>	<b>254.526</b>
Taxas		239.759	254.526
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>125.897</b>	<b>36.753</b>
Venda de Mercadorias		0	0
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		125.896	36.753
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>178.441</b>	<b>36.147</b>
Juros e Encargos de Mora		2.648	2.675
Variações Monetárias e Cambiais		86	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		175.707	33.473
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>29.194.900</b>	<b>24.025.803</b>
Transferências Intragovernamentais		28.636.161	23.901.340
Transferências Intergovernamentais		(38)	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		558.778	124.463
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>11</b>	<b>91.413.003</b>	<b>956.977</b>
Reavaliação de Ativos		89.602.277	425.864
Ganhos com Alienação		30.312	20.715
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.680.164	460.250
Ganhos com Desincorporação de Passivos		100.250	50.148
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>857.866</b>	<b>784.096</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		(744)	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		858.609	784.096
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>122.009.866</b>	<b>26.094.303</b>

Fonte: Siafi.



**Demonstrações das Variações Patrimoniais**

## Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/06/2021	30/06/2020
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>12</b>	<b>3.921.358</b>	<b>3.769.940</b>
Remuneração a Pessoal		3.044.839	2.967.517
Encargos Patronais		664.730	615.654
Benefícios a Pessoal		182.747	176.822
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		29.043	9.946
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>2.260.953</b>	<b>2.204.517</b>
Aposentadorias e Reformas		1.650.447	1.594.395
Pensões		560.718	560.159
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		49.788	49.963
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>1.018.162</b>	<b>1.028.494</b>
Uso de Material de Consumo		106.420	175.090
Serviços		796.854	737.956
Depreciação, Amortização e Exaustão		114.888	115.448
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>88.159</b>	<b>39.746</b>
Juros e Encargos de Mora		127	201
Variações Monetárias e Cambiais		3	5
Descontos Financeiros Concedidos		88.029	39.541
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>24.231.682</b>	<b>17.955.755</b>
Transferências Intragovernamentais		23.566.327	16.942.810
Transferências Intergovernamentais		190.250	761.017
Transferências ao Exterior		10.825	7.390
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	25
Outras Transferências e Delegações Concedidas		464.279	244.512
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>82.122.280</b>	<b>1.328.779</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		81.583.318	536.795
Perdas com Alienação	<b>13</b>	1.935	-
Perdas Involuntárias		3.956	3.407
Incorporação de Passivos		11.071	9.877
Desincorporação de Ativos		522.001	778.699
<b>Tributárias</b>		<b>2.402</b>	<b>2.112</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.847	1.630
Contribuições		555	482
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>27.238</b>	<b>43.188</b>
Premiações		16	-
Incentivos		51	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		27.171	43.188
<b>TOTAL DAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>113.672.234</b>	<b>26.372.532</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>8.337.633</b>	<b>(278.228)</b>

Fonte: Siafi.

## Balanço Orçamentário

### Receitas e Despesas Orçamentárias

30/06/2021  
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>3.613.931</b>	<b>3.613.931</b>	<b>2.230.116</b>	<b>(1.383.815)</b>
<b>Receitas Tributárias</b>		<b>332.663</b>	<b>332.663</b>	<b>167.832</b>	<b>(164.832)</b>
Taxas		332.663	332.663	167.832	(164.832)
<b>Receitas de Contribuições</b>		<b>479</b>	<b>479</b>	<b>102</b>	<b>(377)</b>
Contribuições Sociais		479	479	102	(377)
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>1.603.824</b>	<b>1.603.824</b>	<b>1.127.487</b>	<b>(476.337)</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		177	177	81	(96)
Valores Mobiliários		38.042	38.042	177.128	139.086
Demais Receitas Patrimoniais	14	1.565.605	1.565.605	950.277	(615.327)
<b>Receitas de Serviços</b>		<b>45.754</b>	<b>45.754</b>	<b>125.805</b>	<b>80.051</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		45.754	45.754	125.805	80.051
<b>Transferências Correntes</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38)</b>	<b>(38)</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>		<b>1.631.212</b>	<b>1.631.212</b>	<b>808.929</b>	<b>(822.283)</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15	1.524.160	1.524.160	744.203	(779.957)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		693	693	839	147
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		95.260	95.260	54.562	(40.698)
Demais Receitas Correntes		11.100	11.100	9.325	(1.774)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>6.531.910</b>	<b>6.531.910</b>	<b>-</b>	<b>(6.531.910)</b>
<b>Operações de Crédito</b>		<b>6.502.134</b>	<b>6.502.134</b>	<b>-</b>	<b>(6.502.134)</b>
Operações de Crédito Internas		6.502.134	6.502.134	-	(6.502.134)
<b>Transferências de Capital</b>		<b>29.776</b>	<b>29.776</b>	<b>-</b>	<b>(29.776)</b>
<b>DEFICIT</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.019.843</b>	<b>8.019.843</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>		<b>-</b>	<b>41.049</b>	<b>41.049</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>		<b>10.145.841</b>	<b>10.145.841</b>	<b>10.249.959</b>	<b>104.118</b>

30/06/2021  
R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>15.427.983</b>	<b>15.443.193</b>	<b>10.085.090</b>	<b>6.681.492</b>	<b>5.745.251</b>	<b>5.358.103</b>
Pessoal e Encargos Sociais	17	11.931.373	11.938.119	7.875.793	5.795.246	4.937.759	4.062.326
Outras Desp. Correntes		3.496.611	3.505.074	2.209.297	886.247	807.492	1.295.777
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.644.087</b>	<b>1.650.771</b>	<b>164.869</b>	<b>17.233</b>	<b>14.343</b>	<b>1.485.902</b>
Investimentos		1.641.392	1.648.057	164.789	17.233	14.343	1.483.269
Inversões Financeiras		2.695	2.714	81	-	-	2.633
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>656.137</b>	<b>656.137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>656.137</b>
<b>TOTAL</b>		<b>17.728.207</b>	<b>17.750.101</b>	<b>10.249.959</b>	<b>6.698.725</b>	<b>5.759.595</b>	<b>7.500.142</b>

Fonte: Siafi.

## Balanço Orçamentário

Anexos

### Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

30/06/2021  
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dez. do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>236.224</b>	<b>701.570</b>	<b>332.938</b>	<b>324.790</b>	<b>55.896</b>	<b>557.109</b>
Pessoal e Encargos Sociais		11.631	19.786	11.191	8.054	5.059	18.304
Outras Despesas Correntes		224.594	681.785	321.746	316.735	50.837	538.805
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.185.261</b>	<b>1.713.132</b>	<b>588.725</b>	<b>499.576</b>	<b>62.296</b>	<b>2.336.521</b>
Investimentos		1.183.531	1.713.106	588.725	499.576	62.296	2.334.765
Inversões Financeiras		1.730,00	26	-	-	-	1.756
<b>TOTAL</b>		<b>1.421.485</b>	<b>2.414.702</b>	<b>921.663</b>	<b>824.366</b>	<b>118.192</b>	<b>2.893.629</b>

Fonte: Siafi.

### Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

30/06/2021  
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>3.429</b>	<b>777.651</b>	<b>776.704</b>	<b>620</b>	<b>3.757</b>
Pessoal e Encargos Sociais		12	723.070	722.626	270	186
Outras Despesas Correntes		3.417	54.581	54.078	350	3.571
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>51.614</b>	<b>13.043</b>	<b>13.158</b>	<b>146</b>	<b>51.354</b>
Investimentos		51.614	13.043	13.158	146	51.354
<b>TOTAL</b>		<b>55.044</b>	<b>790.695</b>	<b>789.862</b>	<b>766</b>	<b>55.110</b>

Fonte: Siafi.

**Balço Financeiro**

## Ingressos

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>2.230.116</b>	<b>1.958.955</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>2.329.711</b>	<b>2.079.978</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)		16.226	35.414
Alienação de Bens e Direitos		86	690
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.313.398	2.043.873
Recursos a Classificar		-	1
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		<b>(99.595)</b>	<b>(121.023)</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>18</b>	<b>28.630.480</b>	<b>23.901.340</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		26.831.169	21.526.968
Cota Recebida		8.770.032	7.440.396
Repasse Recebido		8.450.983	7.026.663
Sub-repasse Recebido		6.637.616	7.049.450
Repasse Devolvido		2.972.362	2.950
Sub-repasse Devolvido		177	7.509
Independentes da Execução Orçamentária		1.799.311	2.374.372
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		1.591.735	2.144.738
Demais Transferências Recebidas		21.420	13.307
Movimentação de Saldos Patrimoniais		185.085	216.327
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.071	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>4.530.010</b>	<b>5.054.886</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		939.130	962.294
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.551.234	4.059.264
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		36.994	29.711
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.651	3.617
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.561	3.546
Restituições a Pagar		55	69
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		34	2
DARF - SISCOMEX		0	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>6.404.276</b>	<b>2.354.988</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.404.276	2.354.988
<b>TOTAL</b>		<b>41.794.882</b>	<b>33.270.169</b>

Fonte: Siafi.

## Balanço Financeiro

### Dispêndios

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	NE	30/06/2021	30/06/2020
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>10.249.959</b>	<b>11.154.678</b>
<b>Ordinárias</b>		<b>6.301.287</b>	<b>4.305.174</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>3.948.671</b>	<b>6.849.505</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.712.616	1.327.477
Previdência Social (RPPS)		1.100.308	1.532.010
Dívida Pública		-	1.739.809
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.135.748	2.250.209
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>18</b>	<b>23.560.554</b>	<b>16.942.575</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		21.045.560	14.145.984
Repasso Concedido		8.460.456	7.082.127
Sub-repasso Concedido		6.637.616	7.049.450
Cota Devolvida		2.974.949	3.948
Repasso Devolvido		2.972.362	2.950
Sub-repasso Devolvido		177	7.509
Independentes da Execução Orçamentária		2.514.994	2.796.592
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.175.689	1.506.371
Demais Transferências Concedidas		119.589	8.810
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.218.646	1.281.411
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.071	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>2.483.101</b>	<b>2.514.378</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		789.862	816.684
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		824.366	925.090
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		36.337	25.169
Outros Pagamentos Extraorçamentários		832.536	747.436
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		831.829	747.127
Valores Compensados		5	6
Demais Pagamentos		703	304
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>5.501.269</b>	<b>2.658.538</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.501.269	2.658.538
<b>TOTAL</b>		<b>41.794.882</b>	<b>33.270.169</b>

Fonte: Siafi.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

## Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – OFSS	NE	30/06/2021	30/06/2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(521.498)</b>	<b>735.914</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>30.897.680</b>	<b>25.890.077</b>
<b>Receita Tributária</b>		167.832	178.168
<b>Receita de Contribuições</b>		102	200
<b>Receita Patrimonial</b>		950.358	828.964
<b>Receita de Serviços</b>		125.805	36.642
<b>Remuneração das Disponibilidades</b>		177.128	34.957
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>		808.929	880.024
<b>Transferências Recebidas</b>		<b>(38)</b>	<b>(1)</b>
Intragovernamentais		(38)	
Outras Transferências Recebidas		-	(1)
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>28.667.564</b>	<b>23.931.122</b>
Ingressos Extraorçamentários		36.994	29.711
Restituições a Pagar		55	69
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		34	2
Transferências Financeiras Recebidas		28.630.480	23.901.340
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>(31.419.178)</b>	<b>(25.154.162)</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>(6.149.302)</b>	<b>(6.142.050)</b>
Administração		(88.774)	(89.357)
Segurança Pública	19	(3.759.936)	(3.731.030)
Assistência Social		(8)	-
Previdência Social		(2.069.705)	(2.061.527)
Educação		(930)	(9)
Cultura		(62)	(108)
Direitos da Cidadania		(169.141)	(197.956)
Encargos Especiais		(63.307)	(65.609)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.561	3.546
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>(840.449)</b>	<b>(1.296.932)</b>
Intergovernamentais		(159.833)	(673.042)
A Estados e/ou Distrito Federal		(149.899)	(663.650)
A Municípios		(9.934)	(9.393)
Intragovernamentais		(657.723)	(610.910)
Outras Transferências Concedidas		(22.893)	(12.980)
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>(24.429.427)</b>	<b>(17.715.180)</b>
Dispêndios Extraorçamentários		(36.337)	(25.169)
Transferências Financeiras Concedidas		(23.560.554)	(16.942.575)
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		(831.829)	(747.127)
Valores Compensados		(5)	(6)
Demais pagamentos		(703)	(304)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(381.510)</b>	<b>(432.365)</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>(381.510)</b>	<b>(432.365)</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	20	(330.569)	(407.382)
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>		(50.941)	(24.983)
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(903.007)</b>	<b>303.550</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>6.404.276</b>	<b>2.354.988</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>5.501.269</b>	<b>2.658.538</b>

Fonte: Siafi.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2020</b>		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	159.286	-	-	159.286
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	(296)	(3.680)	-	-	(3.977)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	119.912.879	-	-	119.912.879
<b>Saldo Final do Exercício 2020</b>		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2021</b>		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	57.241	-	-	57.241
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	29	482	-	-	510
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	8.337.633	-	-	8.337.633
<b>Saldo Final do Exercício 2021</b>	21	-	-	-	-	2.234	243.463.326	-	-	243.465.559

Fonte: Siafi.

## NOTAS EXPLICATIVAS

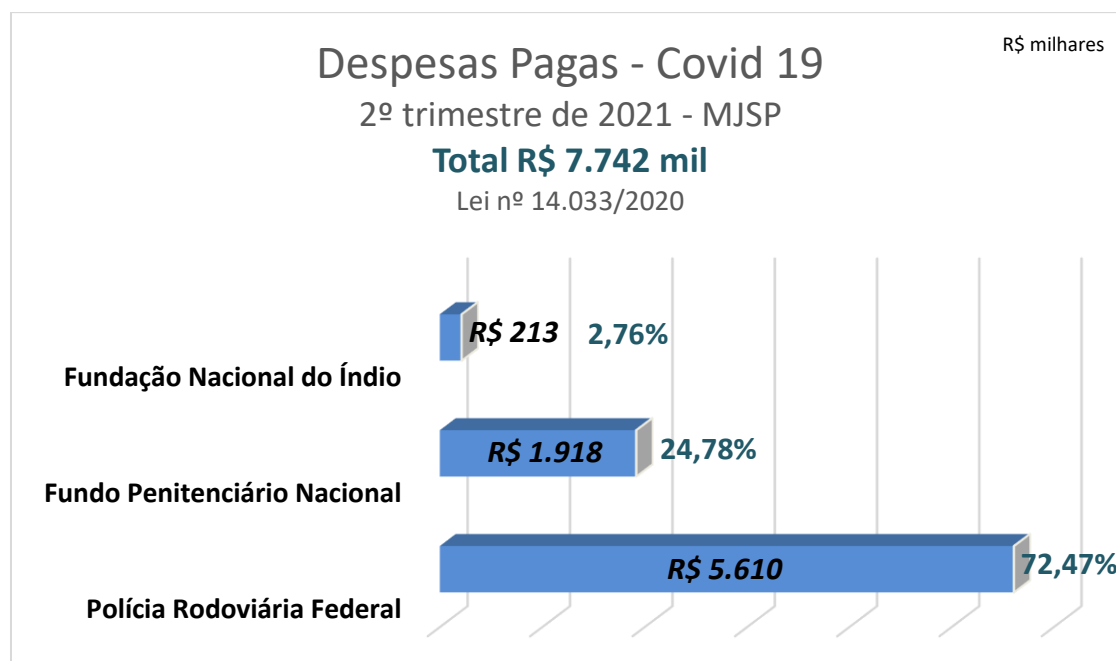
## Nota 01 – COVID-19

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia Covid-19, o MJSP geriu a aplicação dos recursos extraordinários sob responsabilidade da pasta, oriundos da MPV nº 942/2020, convertida na Lei nº 14.033/2020, de 04 de agosto de 2020 e da MPV nº 965/2020, cujos recursos foram bloqueados por não ter sido convertida em lei. Em 08 de junho de 2021, para atender demandas da pandemia no que tange à proteção dos povos indígenas, foi realizada a abertura de crédito extraordinário por intermédio da MPV nº 1054/2021, no valor de R\$ 41.049 mil, de 06 de junho de 2021, ainda não convertida em lei.

No encerramento do 2º trimestre de 2021, o total dos valores pagos e autorizados somaram o valor de R\$ 7.742 mil, o que representa 3,87% do total do valor autorizado, R\$ 199.825 mil.

A PRF (Polícia Rodoviária Federal) representou 72,47% (R\$ 5.610 mil) total pago em 2021, como apresentado abaixo.

Figura 01 - Gastos com Covid-19 – por Órgão



Fonte: Painel BI da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MJSP/Tesouro Gerencial.

Destaca-se, no quadro abaixo, que 71,30% (R\$ 5.519 mil) do total gasto em 2021, foi decorrente de Indenizações, representado em sua totalidade pela PRF, caracterizadas pelo trabalho policial durante parte do período de repouso, com o fim de participar de ações relevantes, complexas ou emergenciais que exijam significativa mobilização, previsto na Lei nº 13.712/2018, de 24 de agosto de 2018.

Tabela 01 – Covid-19 - total gasto por natureza de despesa

R\$ milhares

Natureza da despesa	30/06/2021	AV(%)
Indenizações	5.519	71,30
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	1.926	24,87
Demais gastos	296	0,69
<b>Total gasto 2021 – Lei 14.033/2020</b>	<b>7.742</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Painel BI da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MJSP/Tesouro Gerencial.



## Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

### Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

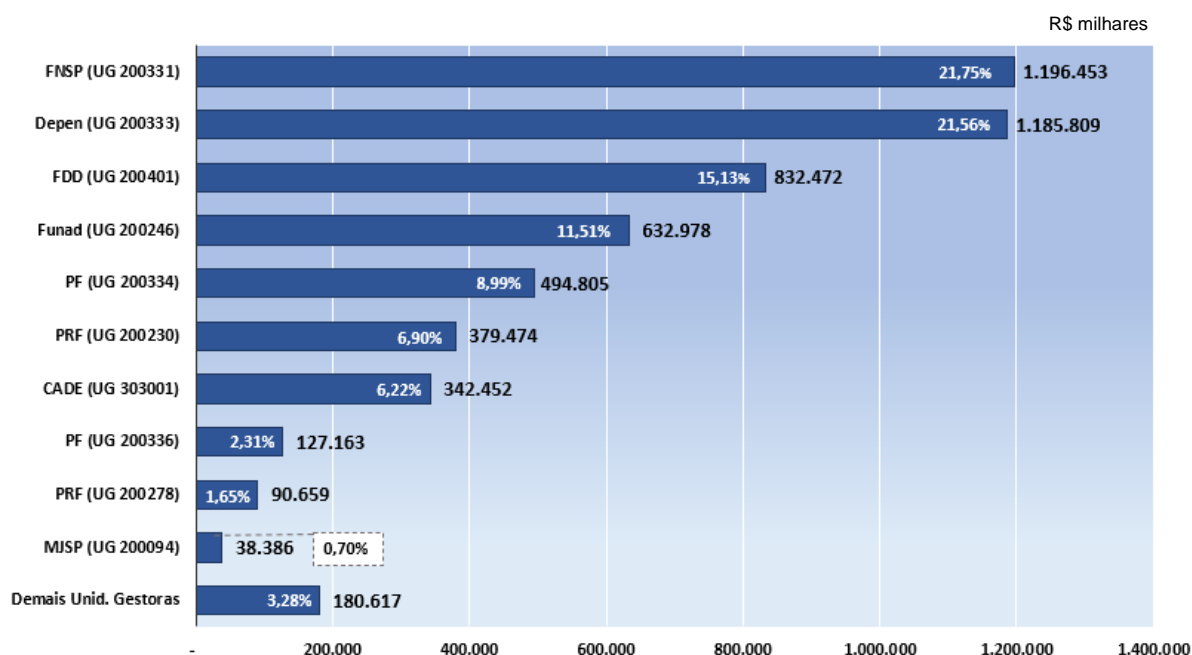
No final do 2º trimestre de 2021, R\$ 5.320.652 mil (96,72%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se assim distribuídos entre 10 (dez) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 1.196.453 mil (21,75%) na UG 200331 do FNSP;
- b) R\$ 1.185.809 mil (21,56%) na UG 200333 do Depen;
- c) R\$ 832.472 mil (15,13%) na UG 200401 do FDDD;
- d) R\$ 632.978 mil (11,51%) na UG 200246 da Funad;
- e) R\$ 494.805 mil (8,99%) na UG 200334 da PF;
- f) R\$ 379.474 mil (6,90%) na UG 200230 da PRF;
- g) R\$ 342.452 mil (6,22%) na UG 303001 do CADE;
- h) R\$ 127.163 mil (2,31%) na UG 200336 da PF;
- i) R\$ 90.659 mil (1,65%) na UG 200278 da PRF;
- j) R\$ 38.386 mil (0,70%) na UG 200094 do MJSP;

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 2º trimestre de 2021, as quais somam 125 unidades distintas, englobaram R\$ 180.617 mil (3,28%) desse total.

Cabe ressaltar que a representatividade de 21,56% do Depen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

**Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis**



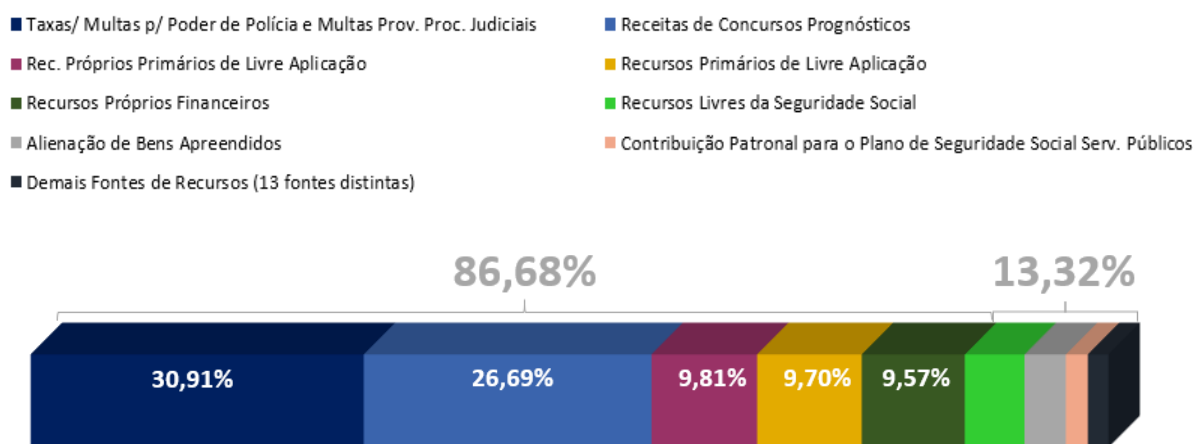
Fonte: Siafi.

### Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em junho de 2021, 86,68 % (R\$ 4.768.542 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes: 30,91% (R\$ 1.700.570 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais; 26,69% (R\$ 1.468.307 mil) em receitas e concursos prognósticos; 9,81% (R\$ 539.568 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação; 9,70% (R\$ 533.889 mil) em recursos primários de livre aplicação e 9,57% em recursos próprios financeiros.

As fontes de recursos menos representativas, correspondentes a 13,32% (R\$ 732.726 mil) do total das fontes de recursos financeiros, apresentaram-se distribuídas da seguinte forma: 5,54% (R\$ 304.587 mil) em recursos livres da seguridade social; 3,84% (R\$ 211.080 mil) em alienação de bens apreendidos e 2,04% (R\$ 112.346 mil) em contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social Serv. Públicos e 1,90% (R\$ 104.713 mil) nas demais fontes de recursos distribuídas entre 12 tipos distintos, conforme apresentado na "Figura 03".

**Figura 03 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte**



### Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressalta-se a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecendo, ainda, que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No segundo trimestre de 2021, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi negativo de R\$ 903.007 mil, sendo 57,75% (R\$ -521.498 mil) impactado pelas atividades operacionais e 42,25% (R\$ -381.510 mil) devido às atividades de investimento.

As transferências financeiras recebidas, conforme pode-se observar nas DFC, em junho de 2021, representaram 92,66% (R\$ 28.630.480 mil) do total dos ingressos.

Com relação aos dispêndios, as transferências financeiras concedidas representaram 74,99% (R\$ -23.560.554 mil) e os desembolsos com pessoal e demais despesas da segurança pública, detalhados na nota explicativa de número 19, representaram 11,97% (R\$ -3.759.936 mil).

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 86,65% (R\$ -330.569 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 20.

Portanto, com relação ao resultado financeiro negativo de R\$ 903.007 mil no segundo trimestre de 2021 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento

**Tabela 02 – Fluxos de Caixa – operações e investimento**

Descrição	R\$ milhares				
	30/06/2021	30/06/2020	2021-2020	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(521.498)	735.914	(1.257.412)	57,75	(170,86)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(381.510)	(432.365)	50.855	42,25	(11,76)
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(903.007)</b>	<b>(303.550)</b>	<b>(1.206.557)</b>	<b>100,00</b>	<b>(397,48)</b>

Fonte: Siafi.

### Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

Os "Créditos a Longo Prazo", consolidados no Balanço Patrimonial, no segundo trimestre de 2021, corresponderam a 100% do ativo realizável a longo prazo, apesar de representarem 1,03% (R\$ 2.201.315 mil) do total do ativo.

Com relação ao montante total do referido grupo de contas, 105,13% (R\$ 2.657.889 mil) foram decorrentes de dívida ativa não tributária registrados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica; 33,48% (R\$ 846.327 mil) foram relativos a créditos a receber a longo prazo em virtude de infrações aplicadas também pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica; e, -42,53% (R\$ -1.075.172 mil) corresponderam a ajustes para perdas do mesmo órgão, conforme pode-se observar na "Tabela 03" e "Figura 04".

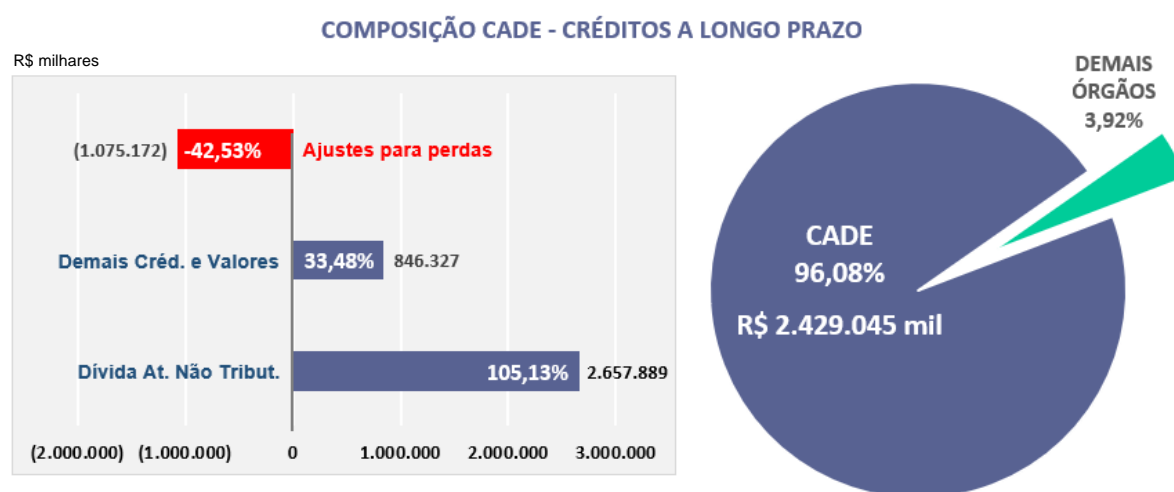
**Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão**

R\$ milhares

Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	30/06/2021	31/12/2020	AV %	AH%
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>2.668.270</b>	<b>2.477.930</b>	<b>105,54</b>	<b>7,68</b>
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.657.889	2.467.547	105,13	7,71
Fundação Nacional do Índio	10.381	10.382	0,41	(0,01)
<b>Demais Créditos e Valores</b>	<b>935.000</b>	<b>898.558</b>	<b>36,98</b>	<b>4,06</b>
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	846.327	847.192	33,48	(0,10)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	45.578	14.851	1,80	206,91
Fundo Nacional de Segurança Pública	35.370	28.896	1,40	22,41
Fundação Nacional do Índio	5.201	5.098	0,21	2,02
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.507	1.507	0,06	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	948	948	0,04	0,00
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Polícia Federal	1	0	0,00	-
<b>Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo</b>	<b>(1.075.172)</b>	<b>(1.075.172)</b>	<b>-42,53</b>	<b>0,00</b>
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.075.172)	(1.075.172)	-42,53	0,00
<b>Total de Créditos a Longo Prazo</b>	<b>2.528.098</b>	<b>2.301.315</b>	<b>100,00</b>	<b>9,85</b>

Fonte: Siafi.

**Figura 04 – Créditos a Longo Prazo – composição CADE**



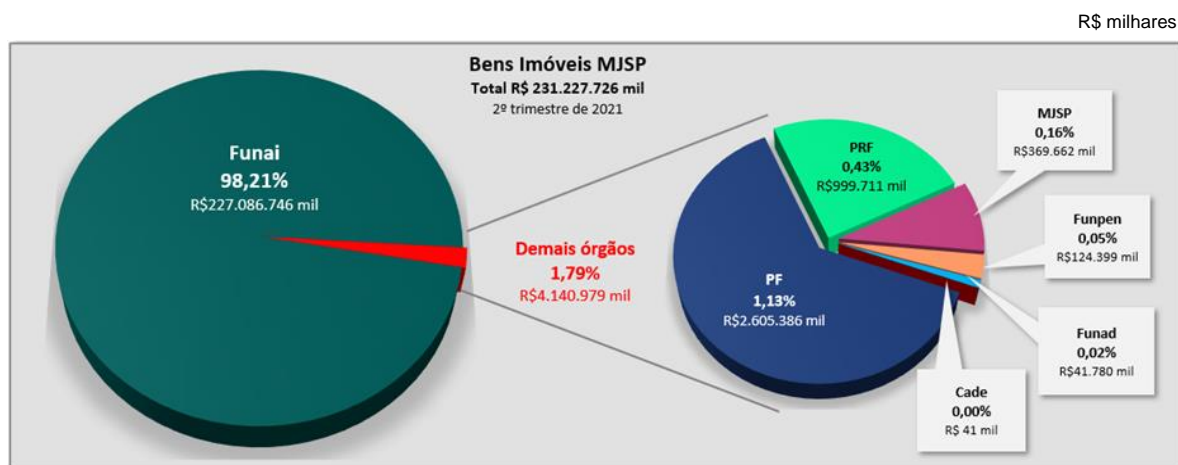
Fonte: Siafi.

## Nota 04 – Bens Imóveis – BP

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 231,2 bilhões no 2º trimestre de 2021, representando 94,43% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,01%, foi de R\$ 231,1 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 227 bilhões (98,21%), conforme “Figura 05”

Figura 05 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

De acordo com a “Tabela 04”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,77% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 230,7 bilhões em 30/06/2021.

Destaca-se que houve a contabilização em dezembro de 2020, na unidade gestora 194151 da Funai, do valor de R\$113,9 bilhões, referente à reavaliação de imóveis (terrenos e glebas) caracterizados como terras indígenas e benfeitorias nelas existentes, em atendimento à solicitação de auditoria da Controladoria Geral da União que está em curso. O valor da reavaliação refere-se às várias unidades vinculadas à Funai e, no decorrer do presente exercício, deverão ser efetuados os devidos registros no SPIUnet com os ajustes contábeis necessários.

Tabela 04 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
<b>Bens de Uso Especial</b>	230.688.158	221.988.381	99,77	3,92
<b>Bens Imóveis em Andamento</b>	482.085	457.279	0,21	5,42
Instalações	34.694	32.345	0,02	7,26
Bens Dominicais	11.226	10.280	0,00	9,20
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	10.995	17.145	0,00	(35,87)
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>231.227.726</b>	<b>222.505.998</b>	<b>100,00</b>	<b>3,92</b>
Depreciação / Amortização Acumulada	(40.422)	(39.807)	(0,02)	1,54
<b>Total líquido</b>	<b>231.187.304</b>	<b>222.466.191</b>	<b>99,98</b>	<b>3,92</b>

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 05”, a conta contábil Fazendas, Parques e Reservas e a conta Terrenos e Glebas da Funai, representando 98,11% do total dos bens de uso especial do MJSP.

**Tabela 05 - Bens de Uso Especial – por tipo**

R\$ milhares				
Descrição	30/06/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
<b>Fazendas, Parques e Reservas</b>	<b>111.409.900</b>	<b>102.817.331</b>	<b>48,29</b>	<b>8,36</b>
Fundação Nacional do Índio	111.387.375	102.794.806	48,28	8,36
Fundo Nacional Antidrogas	22.526	22.526	0,01	0,00
<b>Terrenos e Glebas</b>	<b>114.909.119</b>	<b>114.856.073</b>	<b>49,81</b>	<b>0,05</b>
Fundação Nacional do Índio	114.063.090	114.063.223	49,44	(0,00)
Polícia Federal	604.159	553.771	0,26	9,10
Polícia Rodoviária Federal	222.217	221.756	0,10	0,21
Fundo Penitenciário Nacional	10.894	10.894	0,00	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	8.081	5.751	0,00	40,51
Ministério da Justiça e Segurança Pública	677	677	0,00	0,00
<b>Edifícios</b>	<b>3.178.412</b>	<b>3.172.539</b>	<b>1,38</b>	<b>0,19</b>
Fundação Nacional do Índio	1.351.900	1.351.913	0,59	(0,00)
Polícia Federal	1.312.108	1.308.947	0,57	0,24
Ministério da Justiça e Segurança Pública	355.994	353.597	0,15	0,68
Polícia Rodoviária Federal	158.074	157.746	0,07	0,21
Fundo Penitenciário Nacional	336	336	0,00	0,00
<b>Outros Bens Imóveis de Uso Especial</b>	<b>1.012.688</b>	<b>965.558</b>	<b>0,44</b>	<b>4,88</b>
Polícia Federal	378.919	380.885	0,16	(0,52)
Polícia Rodoviária Federal	306.627	280.701	0,13	9,24
Fundação Nacional do Índio	263.853	240.936	0,11	9,51
Fundo Penitenciário Nacional	61.961	61.961	0,03	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	1.327	1.075	0,00	23,44
<b>Complexos, Fábricas e Usinas</b>	<b>129.716</b>	<b>129.716</b>	<b>0,06</b>	<b>0,00</b>
Polícia Federal	119.128	119.128	0,05	0,00
Polícia Rodoviária Federal	10.588	10.588	0,00	0,00
<b>Imóveis Residenciais e Comerciais</b>	<b>48.323</b>	<b>47.163</b>	<b>0,02</b>	<b>2,46</b>
Polícia Federal	19.204	19.204	0,01	0,00
Polícia Rodoviária Federal	15.827	15.622	0,01	1,31
Fundo Nacional Antidrogas	9.846	9.051	0,00	8,79
Fundação Nacional do Índio	3.446	3.287	0,00	4,81
<b>Total dos bens de uso especial</b>	<b>230.688.158</b>	<b>221.988.381</b>	<b>100,00</b>	<b>3,92</b>

Fonte: Siafi.

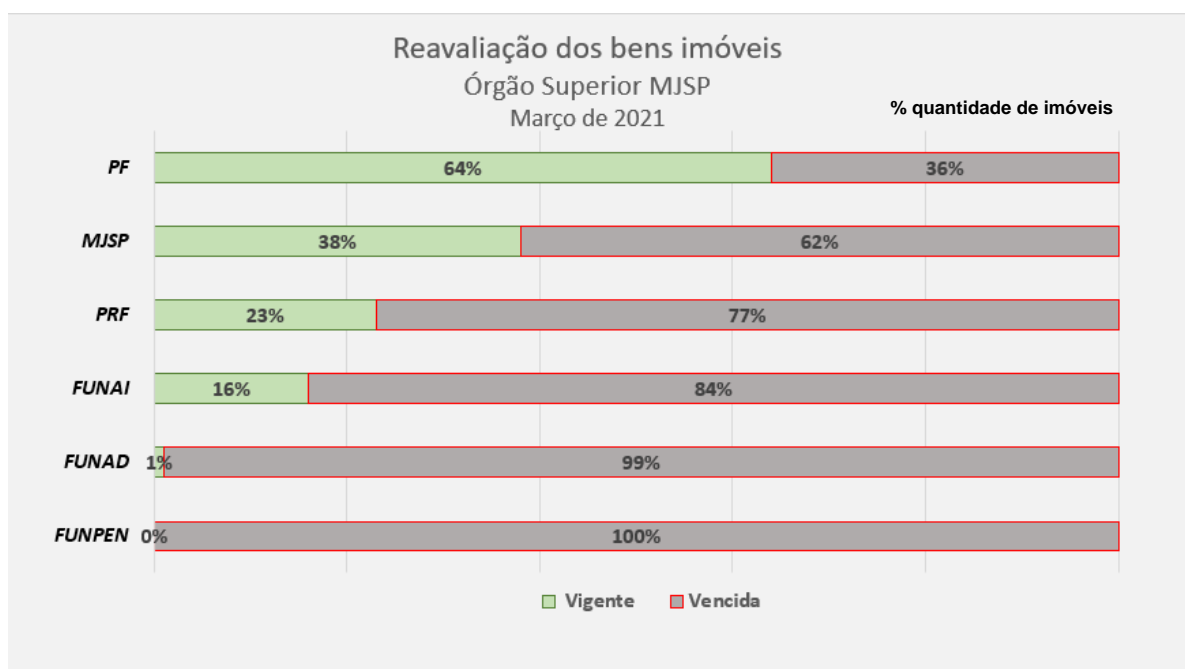
A “Figura 06” a seguir evidencia o percentual, por órgão, da quantidade dos bens imóveis com prazos de reavaliação vigentes e os vencidos registrados no SPIUnet. Foram consideradas as informações até março de 2021.

Os imóveis registrados na Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

A Funai, apesar de ter apresentado a necessidade de reavaliação de 84% dos seus imóveis, possui saldo contábil de R\$113,9 bilhões referente à reavaliação de terrenos e glebas ainda não registrados no SPIUnet, pendente de regularização.

Figura 06 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: SPIUnet.

### Nota 05 – Amortização do Intangível - BP

No segundo trimestre de 2021, foram identificados “Softwares” em todos os órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. No entanto, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica possuem amortizações para esses ativos intangíveis, conforme apresentado na “Tabela 06”, apesar da necessidade de reaverem a integridade das informações registradas.

Destaca-se que, a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, todos os órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentam considerações quanto à utilização do referido sistema.

Diante do exposto há previsão, no curto prazo, para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 06 – Amortização de Ativos Intangíveis - Softwares

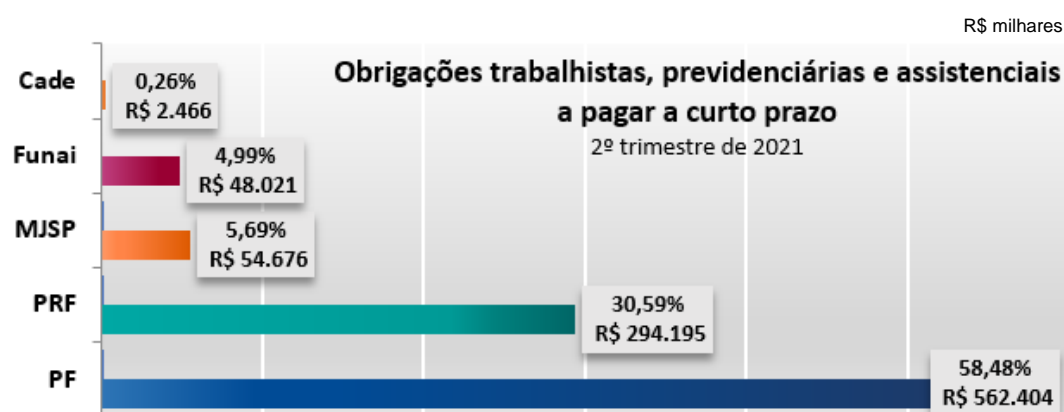
Conta Contábil "Softwares"	R\$ milhares	
	30/06/2021	31/12/2020
Ministério da Justiça e Segurança Pública	82.216	78.558
Polícia Federal	205.405	137.490
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(11.274)	(9.994)
Fundação Nacional do Índio	7.185	7.185
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	12.990	12.559
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(1.145)	(1.060)
Polícia Rodoviária Federal	23.168	21.488
Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510
Fundo Nacional de Segurança Pública	6.689	6.689
<b>Total de "Softwares"</b>	<b>326.744</b>	<b>254.425</b>

Fonte: Siafi.

## Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

No 2º trimestre de 2021, restaram contabilizados R\$ 961.762 mil para despesas com pessoal, que representaram 69,13% do total do Passivo Exigível. Desse montante, 85,72% (R\$ 824.401 mil) foram referentes a salários, remunerações, benefícios e férias a pagar da PF e PRF; correspondendo, respectivamente, a 55,45% (R\$ 533.317 mil) e 30,27% (R\$ 291.084 mil); sendo, portanto, os órgãos mais representativos com relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do MJSP, também demonstrado na "Figura 07".

Figura 07 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

A variação positiva de 14,70% (R\$ 123.227 mil) demonstrada na "Tabela 07" foi impulsionada pela PF, representando 71,40% (R\$ 87.983 mil) nas rubricas salários, remunerações e benefícios e férias a pagar.

**Tabela 07 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão**

Descrição	R\$ milhares			
	30/06/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Polícia Federal	562.404	449.806	58,48	25,03
Polícia Rodoviária Federal	294.195	249.969	30,59	17,69
Ministério da Justiça e Segurança Pública	54.676	56.287	5,69	(2,86)
Fundação Nacional do Índio	48.021	80.297	4,99	(40,20)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.466	2.176	0,26	13,33
Fundo Nacional de Segurança Pública	0	1	-	(100,00)
<b>Total</b>	<b>961.762</b>	<b>838.536</b>	<b>100,00</b>	<b>14,70</b>

Fonte: Siafi.

Cabe, ainda, registrar que a redução de 86,05% (R\$ 40.049 mil) na rubrica precatórios de pessoal, conforme “Tabela 08”, a Funai representou o maior percentual dos pagamentos, 91,72% (R\$ 36.732 mil) com o reconhecimento de obrigação a pagar de precatórios federais do TRF5 do exercício de 2021.

**Tabela 08 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo**

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	R\$ milhares			
	30/06/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Pessoal a Pagar	947.344	783.379	98,50	20,93
Precatórios de Pessoal	6.495	46.543	0,68	(86,05)
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.521	864	0,37	307,66
Benefícios Previdenciários	2.849	5.730	0,30	(50,28)
Entidades de Previd. Privada e Complementar	1.554	1.667	0,16	(6,82)
INSS a Pagar – Intra OFSS	-	271	-	(100,00)
Precatórios de Benefícios Previdenciários	-	81	-	(100,00)
<b>Total Geral</b>	<b>961.762</b>	<b>838.536</b>	<b>100,00</b>	<b>14,70</b>

Fonte: Siafi.

**Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – BP**

Em 30 de junho de 2021, o MJSP apresentou um saldo de R\$ 104.443 mil, relacionados com fornecedores e contas a pagar a curto prazo. Esse montante representou 7,51% do passivo exigível e um aumento de 1.202,84% (R\$ 96.426 mil) na análise horizontal em relação a dezembro de 2020, como demonstrado na “Tabela 09”.

**Tabela 09 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – por órgão**

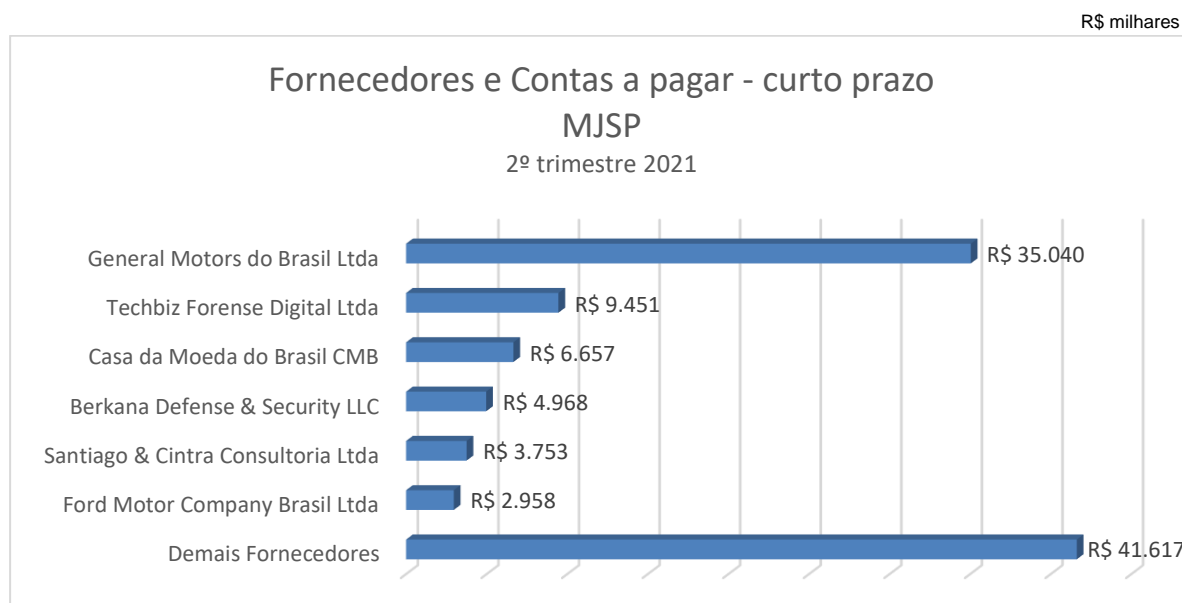
Descrição	R\$ milhares			
	30/06/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Polícia Federal	85.900	1.806	82,25	4.656,88
Polícia Rodoviária Federal	10.629	3.356	10,18	216,67
Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.386	628	4,20	597,88
Fundação Nacional do Índio	2.654	1.784	2,54	48,76
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	419	181	0,40	131,80
Fundo Penitenciário Nacional	279	261	0,27	7,14
Fundo Nacional de Segurança Pública	175	-	0,17	-
<b>Total</b>	<b>104.443</b>	<b>8.017</b>	<b>100,00</b>	<b>1.202,84</b>

Fonte: Siafi.

Na “Figura 08”, estão relacionados os 6 (seis) fornecedores mais representativos, totalizando 60,15% (R\$ 62.826 mil) da rubrica fornecedores e contas a pagar a curto prazo. A PF foi a principal responsável pelo aumento de 1.202,84%, representou 97,12% (R\$ 61.015 mil) da totalidade dos saldos dos seis maiores fornecedores.



Figura 08 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – por fornecedor



Fonte: Siafi.

### Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo" registradas no Balanço Patrimonial representaram, no 2º trimestre de 2021, 17,56% (R\$ 244.289 mil) do total do Passivo Exigível e consolidam, pelos valores mais representativos, as transferências financeiras a comprovar relacionadas a Termos de Execução Descentralizada – TED, as retenções relativas a empréstimos e financiamentos das folhas de pagamento dos servidores, depósitos de veículos alienáveis, pensão alimentícia, dentre outros.

Figura 09 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil



Fonte: Siafi.

A conta contábil Transferências Financeiras a Comprovar - TED representou o maior impacto na rubrica, 28,93% (R\$ 70.673 mil), conforme "Figura 09". As Transferências Financeiras a Comprovar – TED são termos de execução descentralizada formalizados entre entidades integrantes da administração pública federal, envolvendo descentralização de crédito, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária

descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho. O saldo passivo em “Demais Obrigações a Curto Prazo” ocorre quando a obrigação de prestar contas, quanto à aplicação de recursos, está pendente.

Na “Tabela 10”, destaca-se a PRF que representou 48,33% (R\$ 118.067 mil) do total da rubrica. Sendo que, 54,42% (R\$ 64.255 mil) desse valor é representado pelas transferências financeiras a comprovar – TED e pelos depósitos de veículos alienáveis, respectivamente, 28,89% (R\$ 34.113 mil) e 25,53% (R\$ 30.142 mil).

A redução ocorrida na análise horizontal no Fundo Nacional de Segurança Pública, se deveu, principalmente, à aprovação da prestação de contas final do acordo de mútua cooperação firmado entre o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) e o FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública).

**Tabela 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão**

R\$ milhares

Órgão	30/06/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Polícia Rodoviária Federal	118.067	106.428	48,33	10,94
Polícia Federal	68.346	57.101	27,98	19,69
Fundação Nacional do Índio	27.228	33.715	11,15	(19,24)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	17.974	18.080	7,36	(0,58)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.553	7.458	3,09	1,26
Fundo Nacional de Segurança Pública	4.482	63.587	1,83	(92,95)
Fundo Penitenciário Nacional	628	49.567	0,26	(98,73)
Fundo Nacional Antidrogas	11	1	0,00	682,26
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	-	-	0,00	
<b>Total Geral</b>	<b>244.289</b>	<b>335.937</b>	<b>100,00</b>	<b>(27,28)</b>

Fonte: Siafi.

## Nota 09 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP

### Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

O "Resultado de Exercícios Anteriores", registrado no segundo trimestre de 2021, representou 96,00% (R\$ 235.067.971 mil) do total do passivo e patrimônio líquido, conforme pode-se observar na análise vertical do Balanço Patrimonial. Somente a FUNAI representou 92,99% (R\$ 218.584.458 mil) da referida rubrica, conforme apresentado na “Tabela 11”.

**Tabela 11 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão**

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	30/06/2021	31/12/2020	AV %	AH%
<b>Superávits de Exercícios Anteriores</b>				
Fundação Nacional do Índio	218.584.458	102.654.190	92,99	112,93
Departamento de Polícia Federal	3.901.545	3.402.820	1,66	14,66
Fundo da defesa de Direitos Difusos	3.764.134	70.786	1,60	5.217,59
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.262.670	4.184.686	1,39	(22,03)
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2.096.399	1.886.852	0,89	11,11
Fundo Penitenciário Nacional	1.367.636	1.256.990	0,58	8,80
Ministério da Justiça e Segurança Pública	794.122	970.594	0,34	(18,18)
Fundo Nacional de Segurança Pública	744.871	244.863	0,32	204,20
Fundo Nacional Antidrogas	465.285	240.829	0,20	93,20
<b>Subtotal (A)</b>	<b>234.981.120</b>	<b>114.912.610</b>	<b>99,96</b>	<b>104,49</b>
<b>Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS</b>				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,04	0,00
<b>Subtotal (B)</b>	<b>86.876</b>	<b>86.876</b>	<b>0,04</b>	<b>0,00</b>
<b>Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est.</b>				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	-	(0,00)	-
<b>Subtotal (C)</b>	<b>(25,21)</b>	<b>-</b>	<b>(0,00)</b>	<b>-</b>
<b>Total (A+B)</b>	<b>235.067.971</b>	<b>114.999.485</b>	<b>100,00</b>	<b>104,41</b>

Fonte: Siafi.

Com relação ao total do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na “Tabela 12” e “Figura 10”, 89,78% (R\$ 218.584.458 mil) corresponde aos resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio- Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas, assim registradas:

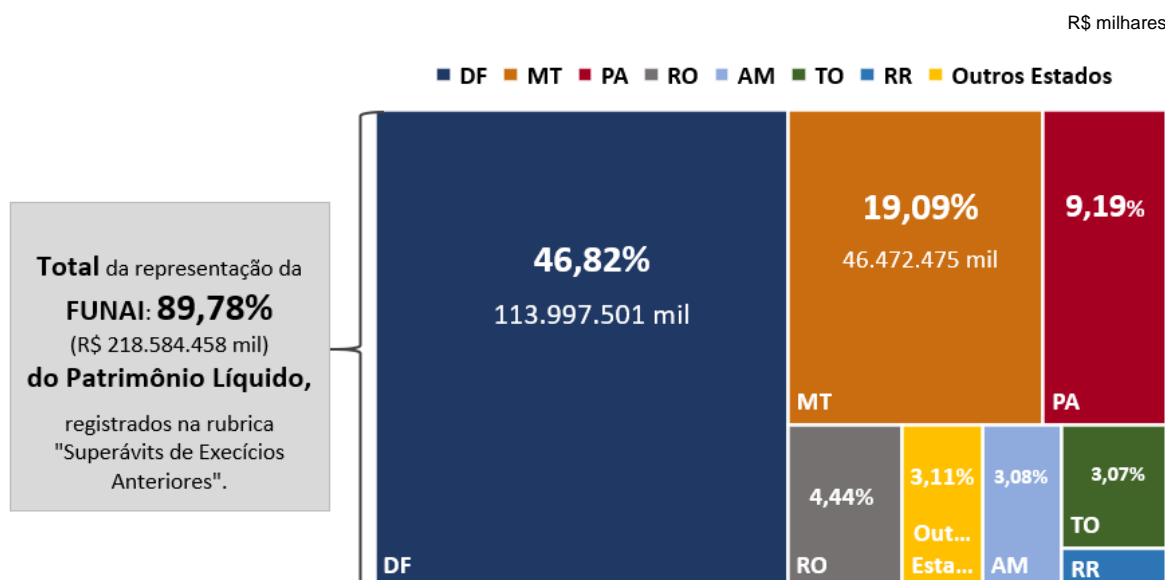
- a) 46,82% no DF;
- b) 19,09% no MT;
- c) 9,19% no PA
- d) 4,44% em RO
- e) 3,08% no AM;
- f) 3,07% no TO;
- g) 0,98% em RR;
- i) 3,11% em outros estados.

**Tabela 12 – Superávits Acumulados – composição FUNAI – por estado**

R\$ milhares				
FUNAI - Resultado de Exercícios Anteriores	30/06/2021	31/12/2020	AV %	AH%
Distrito Federal	113.997.501	29.837	46,82	381.973,12
Mato Grosso	46.472.475	46.472.070	19,09	0,00
Pará	22.369.010	22.350.092	9,19	0,08
Rondônia	10.812.809	8.952.414	4,44	20,78
Amazonas	7.502.144	7.501.527	3,08	0,01
Tocantins	7.477.435	7.476.287	3,07	0,02
Roraima	2.385.237	2.385.949	0,98	(0,03)
Outros Estados	7.567.846	7.486.014	3,11	1,09
<b>Total de Superávits de Exercícios Anteriores – FUNAI</b>	<b>218.584.458</b>	<b>102.654.190</b>	<b>89,78</b>	<b>112,93</b>
<b>Total do Resultado de Exercícios Anteriores</b>	<b>235.067.971</b>	<b>114.999.485</b>	<b>96,55</b>	<b>104,41</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>243.465.559</b>	<b>235.070.175</b>	<b>100,00</b>	<b>3,57</b>

Fonte: Siafi.

**Figura 10 – Composição da FUNAI: Resultado de Exercícios Anteriores/ PL**



Fonte: Siafi.

**Nota 10 – Obrigações Contratuais – BP**

No 2º trimestre de 2021, a rubrica Obrigações Contratuais, que contempla os contratos em que a administração pública participa como contratante, representou 51,94% (R\$ 2.657.080 mil) do saldo dos Atos Potenciais Passivos, do quadro de compensações. Na “Tabela 13”, os contratos de serviços apresentaram maior representatividade, 61,19% (R\$ 1.625.814 mil) dos contratos em execução.

**Tabela 13 - Obrigações Contratuais – por modalidade**

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por modalidade	30/06/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Contratos de Serviços	1.625.814	1.541.098	61,19	5,50
Contratos de Fornecimento de Bens	907.147	608.081	34,14	49,18
Contratos de Aluguéis	120.913	130.566	4,55	(7,39)
Contratos de Seguros	2.053	1.507	0,08	36,24
Acordo Transf. Recursos p/Org. Internacionais	1.050	1.050	0,04	0,00
Execução de Contrato de Gestão	103	103	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.657.080</b>	<b>2.282.405</b>	<b>100,00</b>	<b>16,42</b>

Fonte: Siafi.

Na “Tabela 14” abaixo, destaque para a PF, que representou 44,72% (R\$ 1.188.337 mil) das obrigações contratuais até 30 de junho de 2021. Nesse sentido, o aumento expressivo de 202,08% do FNSP, na análise horizontal, foi influenciado pela aquisição de veículos utilitários, ambulâncias, caminhões-tanque e caminhonete descaracterizada, para atendimento das necessidades do órgão.

**Tabela 14 - Obrigações Contratuais – por órgão contratante**

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por órgão contratante	30/06/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Polícia Federal	1.188.337	1.136.601	44,72	4,55
Fundo Nacional de Segurança Pública	389.969	129.095	14,68	202,08
Ministério da Justiça e Segurança Pública	340.119	337.226	12,80	0,86
Polícia Rodoviária Federal	307.898	283.183	11,59	8,73
Fundação Nacional do Índio	260.005	240.398	9,79	8,16
Fundo Penitenciário Nacional	99.453	79.712	3,74	24,77
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	58.809	63.107	2,21	(6,81)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	12.490	13.083	0,47	(4,53)
<b>Total</b>	<b>2.657.080</b>	<b>2.282.405</b>	<b>100,00</b>	<b>16,42</b>

Fonte: Siafi.

Em seguida, a “Tabela 15” apresenta os 10 (dez) contratados com os valores mais expressivos, representando 34,54% (R\$ 917.703 mil) em relação ao total das obrigações contratuais.

**Tabela 15 - Obrigações Contratuais – por contratado**

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por contratado	30/06/2021	AV%
Serpro – Sede Brasília	186.360	7,01
Casa da Moeda do Brasil CMB	183.473	6,91
General Motors do Brasil Ltda	163.207	6,14
HPE Automotores do Brasil Ltda	82.039	3,09
Caixa Econômica Federal	60.024	2,26
Concept Mobility Serviços de Mobilidade Ltda	51.992	1,96
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	50.938	1,92
Techbiz Forense Digital Ltda	50.596	1,90
Toyota do Brasil Ltda	48.448	1,82
Ford Motor Company Brasil Ltda	40.626	1,53
Demais contratados 2.581	1.739.377	65,46
<b>Total</b>	<b>2.657.080</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi.

## Nota 11 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP

Com referência a junho de 2021, 73,14% (R\$ 89.237.862 mil) das Variações Patrimoniais Aumentativas foram decorrentes de reavaliações de bens imóveis da Fundação Nacional do Índio na Coordenação Regional de Cuiabá/MT, motivadas por retificações de registros contábeis efetuados junto à área responsável pela governança e gestão das Terras Indígenas no âmbito da Funai, por orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em cumprimento às orientações do Tribunal de Contas da União.

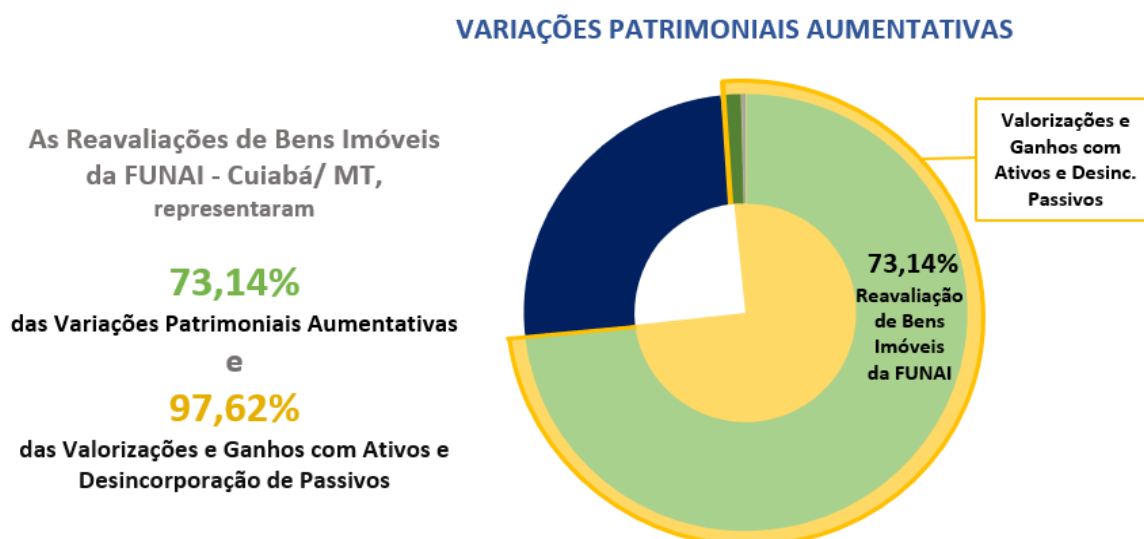
Destaca-se tal impacto como o mais representativo e relevante das Variações Patrimoniais Aumentativas, correspondente a 97,62% das “Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”, apresentadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, conforme pode-se observar na “Figura 11”.

Tabela 16 – Reavaliação de Ativos – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/06/2021	30/06/2020	AV%	AH%
<b>Fundação Nacional do Índio</b>	<b>89.541.290</b>	<b>294.548</b>	<b>99,93</b>	<b>30.299,59</b>
Reavaliação de Bens Imóveis	89.541.290	294.548	99,93	30.299,59
<b>Polícia Federal</b>	<b>55.196</b>	<b>98.452</b>	<b>0,06</b>	<b>(43,94)</b>
Reavaliação de Bens Móveis	51.885	434	0,06	(93,90)
Reavaliação de Bens Imóveis	3.311	98.018	0,00	(93,90)
<b>Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>5.791</b>	<b>32.864</b>	<b>0,01</b>	<b>(82,38)</b>
Reavaliação de Bens Imóveis	5.791	32.864	0,01	(82,38)
Reavaliação de Bens Móveis	-	0	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>89.602.277</b>	<b>425.864</b>	<b>100,00</b>	<b>20.940,13</b>

Fonte: Siafi.

Figura 11 – Variações Patrimoniais Aumentativas – composição



Grupo de Contas - VPA	R\$ milhares
Reavaliação de Bens Imóveis da FUNAI - Cuiabá/MT	89.237.862
Reavaliação de Ativos	89.602.277
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	91.413.003
Valorizações Patrimoniais Aumentativas	122.009.866

Fonte: Siafi.

## Nota 12 – Pessoal e Encargos – DVP

No 2º trimestre de 2021, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 3,45% (R\$ 3.921.358 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pela Polícia Federal que apresentou 54,42% (R\$ 2.134.024 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal com 36,43% (R\$ 1.428.420 mil). Ambas somaram 90,85% (R\$ 3.562.444 mil), conforme "Tabela 17".

Nesse sentido, os mesmos órgãos representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 70,35% (R\$ 2.758.613 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. Sendo o maior destaque para a PF, com 42,31% (R\$ 1.658.976 mil) em relação ao total da rubrica.

Na análise horizontal, o aumento expressivo na conta Outras VPD – Pessoal e Encargos da PF, da PRF e do MJSP, decorreu do pagamento de pessoal requisitado de outros órgãos (Correios, Banco do Brasil, Casa da Moeda, Infraero, Eletrosul, Serpro, Eletrobrás, Polícia Civil de SC, dentre outros).

## Tabela 17 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

R\$ milhares

Pessoal e Encargos	30/06/2021	30/06/2020	AV (%)	AH (%)
<b>Polícia Federal</b>	<b>2.134.024</b>	<b>2.043.626</b>	<b>54,42</b>	<b>4,42</b>
Remuneração a Pessoal	1.658.976	1.616.679	42,31	2,62
Encargos Patronais	389.434	357.185	9,93	9,03
Benefícios a Pessoal	67.182	66.060	1,71	1,70
Outras VPD - Pessoal e Encargos	18.432	3.703	0,47	397,81
<b>Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>1.428.420</b>	<b>1.330.648</b>	<b>36,43</b>	<b>7,35</b>
Remuneração a Pessoal	1.099.637	1.024.868	28,04	7,30
Encargos Patronais	232.546	216.239	5,93	7,54
Benefícios a Pessoal	95.280	89.481	2,43	6,48
Outras VPD - Pessoal e Encargos	957	61	0,02	1.470,94
<b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b>	<b>215.500</b>	<b>209.811</b>	<b>5,50</b>	<b>2,71</b>
Remuneração a Pessoal	166.723	164.515	4,25	1,34
Encargos Patronais	26.188	24.778	0,67	5,69
Benefícios a Pessoal	14.041	14.914	0,36	(5,86)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	8.549	5.604	0,22	52,55
<b>Fundação Nacional do Índio</b>	<b>136.777</b>	<b>179.196</b>	<b>3,49</b>	<b>(23,67)</b>
Remuneração a Pessoal	114.010	156.033	2,91	(26,93)
Encargos Patronais	15.959	16.816	0,41	(5,10)
Benefícios a Pessoal	5.956	6.018	0,15	(1,03)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	853	328	0,02	159,78
<b>Conselho Administrativo de Defesa Econômica</b>	<b>6.636</b>	<b>6.659</b>	<b>0,17</b>	<b>(0,34)</b>
Remuneração a Pessoal	5.493	5.423	0,14	1,29
Encargos Patronais	603	637	0,02	(5,31)
Benefícios a Pessoal	288	348	0,01	(17,32)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	252	251	0,01	0,64
<b>Total Geral</b>	<b>3.921.358</b>	<b>3.769.940</b>	<b>100,00</b>	<b>4,02</b>

Fonte: Siafi.

## Nota 13 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – DVP

No 2º trimestre de 2021, o total dos registros contábeis em "Reavaliações, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas" representaram 71,77% (R\$ 81.583.318 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas; sendo 99,52% (R\$ 81.193.407 mil) do referido montante relativos às desvalorizações e perdas de ativos em decorrência de reavaliações de bens imóveis registradas no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, na Coordenação Regional de Cuiabá/ MT da Fundação Nacional do Índio, decorrentes de retificações de registros contábeis efetuados junto à área responsável pela governança e gestão das Terras Indígenas no âmbito da Funai, por orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em cumprimento às orientações do Tribunal de Contas da União.

Destaca-se tal impacto como o mais representativo e relevante das Variações Patrimoniais Diminutivas apresentadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

**Tabela 18 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas – por órgão**

R\$ milhares

Órgão	30/06/2021	30/06/2020	AV%
<b>Fundação Nacional do Índio</b>	<b>81.577.504</b>	<b>533.684</b>	<b>99,99</b>
Reavaliação de Bens Imóveis	81.577.504	533.684	99,99
<b>Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>-</b>	<b>1.771</b>	<b>-</b>
Reavaliação de Bens Imóveis	-	1.771	-
<b>Polícia Federal</b>	<b>5.814</b>	<b>1.340</b>	<b>0,01</b>
Reavaliação de Bens Imóveis	150	1.217	-
Reavaliação de Bens Móveis	5.664	0	0,01
<b>Total Geral</b>	<b>81.583.318</b>	<b>536.795</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi.

**Nota 14 – Demais Receitas Patrimoniais – BO**

No 2º trimestre de 2021, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 42,61% (R\$ 950.277 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no artigo 16 da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018.

Em destaque na “Tabela 19” verifica-se que 97,98% (R\$ 931.085 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,20% (R\$ 857.109 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,80% (R\$ 93.169 mil).

**Tabela 19 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão**

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida	30/06/2021	AV (%)
<b>Fundo Nacional de Segurança Pública</b>	<b>857.109</b>	<b>90,20</b>
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	840.336	88,43
Participação da União em Receita de Loteria Federal	6.456	0,68
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	6.104	0,64
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	4.212	0,44
<b>Fundo Penitenciário Nacional</b>	<b>93.169</b>	<b>9,80</b>
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	90.749	9,55
Participação da União em Receita de Loteria Federal	1.046	0,11
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	842	0,09
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	531	0,06
<b>Total</b>	<b>950.277</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi.

## Nota 15 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 2º trimestre de 2021, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 33,37% (R\$ 744.203 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

Na análise, a PRF obteve destaque na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica correspondente a 74,13% (R\$ 551.676 mil) do total da referida arrecadação, como evidenciado na "Tabela 20".

A receita líquida orçamentária relativa às Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, representaram 24,54% (R\$ 182.658 mil) do total da receita orçamentária com "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais".

A PRF e o FDD somaram 96,92% (R\$ 721.298 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

### Tabela 20 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida	30/06/2021	AV (%)
<b>Multas Previstas em Legislação Específica</b>	<b>551.676</b>	<b>74,13</b>
Polícia Rodoviária Federal	538.639	72,38
Polícia Federal	10.983	1,48
Fundo Penitenciário Nacional	1.207	0,16
Fundo Nacional de Segurança Pública	663	0,09
Fundo Nacional Antidrogas	140	0,02
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	44	0,01
<b>Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos</b>	<b>182.658</b>	<b>24,54</b>
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	182.658	24,54
<b>Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais</b>	<b>9.186</b>	<b>1,23</b>
Fundo Penitenciário Nacional	9.186	1,23
<b>Multas e Juros Previstos em Contratos</b>	<b>400</b>	<b>0,05</b>
Polícia Rodoviária Federal	400	0,05
<b>Multas Previstas na Legislação Antidrogas</b>	<b>282</b>	<b>0,04</b>
Polícia Federal	226	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	56	0,01
<b>Total</b>	<b>744.203</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi.

## Nota 16 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. Em junho de 2021, o resultado orçamentário apresentado pela PF e pela PRF impactaram, respectivamente, 52,16% (R\$ 4.183.210 mil) e 49,03% (R\$ 3.932.135 mil) no déficit de R\$ 8.019.843 mil do MJSP, conforme demonstrado na "Tabela 21" abaixo. Ambos os órgãos somaram 101,19% (R\$ 8.115.345 mil) do resultado total apresentado no 2º trimestre de 2021.



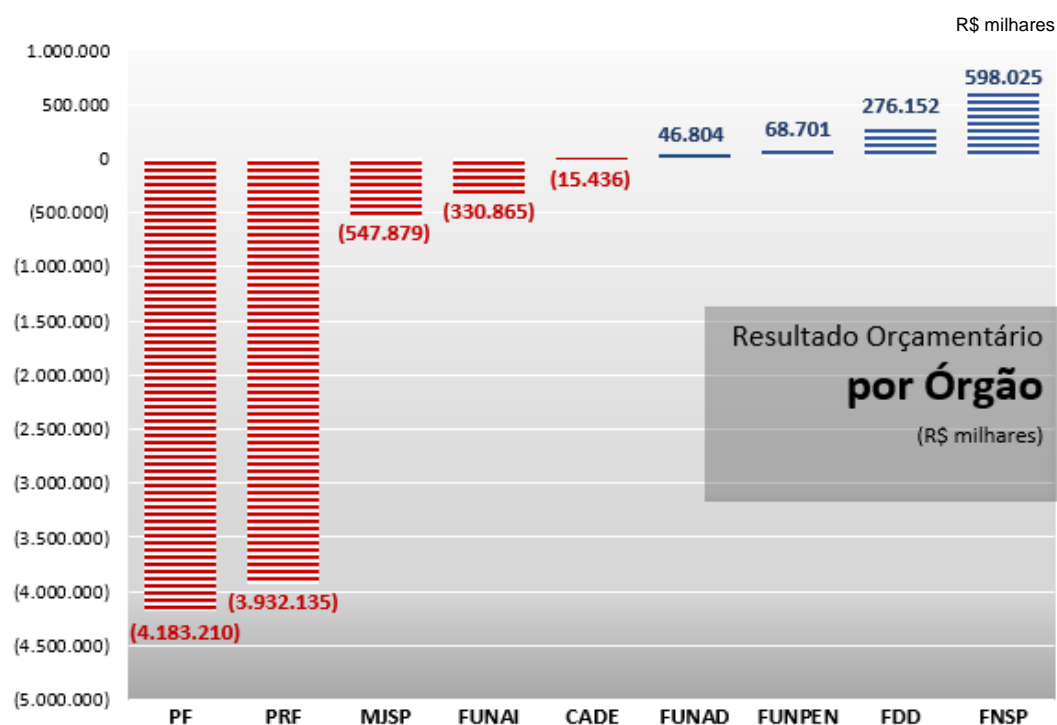
Tabela 21 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	238.870	4.422.079	(4.183.210)	52,16
Polícia Rodoviária Federal	592.249	4.524.384	(3.932.135)	49,03
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.441	549.320	(547.879)	6,83
Fundação Nacional do Índio	312	331.177	(330.865)	4,13
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	23.610	39.047	(15.436)	0,19
Fundo Nacional Antidrogas	61.775	14.971	46.804	(0,58)
Fundo Penitenciário Nacional	145.676	76.975	68.701	(0,86)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	276.152	0	276.152	(3,44)
Fundo Nacional de Segurança Pública	890.033	292.007	598.025	(7,46)
<b>Total</b>	<b>2.230.116</b>	<b>10.249.959</b>	<b>(8.019.843)</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi.

Figura 12 – Resultado Orçamentário – por órgão



Fonte: Siafi.

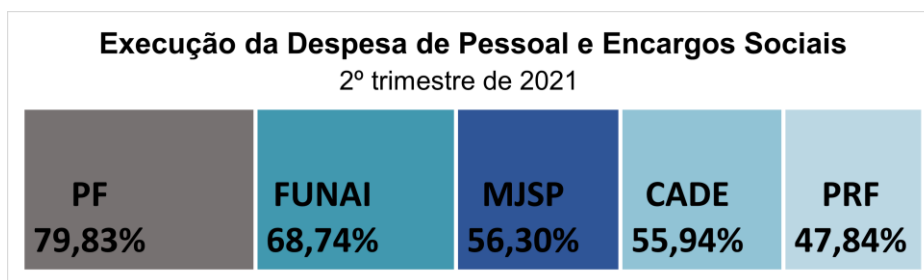
## Nota 17 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas com "Pessoal e Encargos Sociais", 62,70% (R\$ 4.937.759 mil) foram efetivamente pagas até o 2º trimestre de 2021. Destaca-se, dentre os órgãos vinculados ao MJSP, a PF que apresentou o maior percentual de despesas pagas, com 79,83% (R\$ 2.711.609 mil) do total da despesa empenhada, conforme "Tabela 22".

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PRF foi responsável pelo maior volume, 48,73% (R\$ 3.837.638 mil), seguida pela PF, com 43,13% (R\$ 3.396.786 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 91,86% (R\$ 7.234.424 mil) do total das despesas empenhadas.

O percentual das despesas com pessoal e encargos pagos em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 13", onde destaca-se a PF, com 79,83% de execução, seguida pela Funai, com 68,74%.

Figura 13 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 22 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPEZA EMPENHADA	AV (%)	DESPEZA A LIQUIDAR	DESPEZA LIQUIDADADA A PAGAR	DESPEZA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
<b>PF</b>	<b>3.396.786</b>	<b>43,13</b>	<b>226.273</b>	<b>458.904</b>	<b>2.711.609</b>	<b>54,92</b>	<b>79,83</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.730.352	21,97	145.237	222.925	1.362.189	27,59	78,72
Aposentadorias e Pensões	1.225.068	15,55	38.019	230.309	956.740	19,38	78,10
Obrigações Patronais	400.280	5,08	17.579	-	382.701	7,75	95,61
Outras Despesas	41.086	0,52	25.437	5.670	9.979	0,20	24,29
<b>PRF</b>	<b>3.837.638</b>	<b>48,73</b>	<b>1.680.881</b>	<b>320.825</b>	<b>1.835.932</b>	<b>37,18</b>	<b>47,84</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.722.019	21,86	689.434	144.915	887.670	17,98	51,55
Aposentadorias e Pensões	1.608.200	20,42	719.425	175.063	713.712	14,45	44,38
Obrigações Patronais	497.175	6,31	267.068	-	230.107	4,66	46,28
Outras Despesas	10.244	0,13	4.954	847	4.443	0,09	43,38
<b>MJSP</b>	<b>397.175</b>	<b>5,04</b>	<b>132.140</b>	<b>41.418</b>	<b>223.617</b>	<b>4,53</b>	<b>56,30</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	218.019	2,77	58.662	24.375	134.982	2,73	61,91
Aposentadorias e Pensões	112.575	1,43	42.866	15.468	54.241	1,10	48,18
Obrigações Patronais	54.499	0,69	28.966	-	25.532	0,52	46,85
Outras Despesas	12.082	0,15	1.647	1.575	8.861	0,18	73,33
<b>FUNAI</b>	<b>234.400</b>	<b>2,98</b>	<b>38.010</b>	<b>35.267</b>	<b>161.123</b>	<b>3,26</b>	<b>68,74</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	92.957	1,18	8.763	17.525	66.669	1,35	71,72
Aposentadorias e Pensões	101.077	1,28	6.231	17.520	77.326	1,57	76,50
Obrigações Patronais	38.449	0,49	22.543	-	15.906	0,32	41,37
Outras Despesas	1.916	0,02	473	221	1.222	0,02	63,76
<b>CADE</b>	<b>9.794</b>	<b>0,12</b>	<b>3.243</b>	<b>1.072</b>	<b>5.478</b>	<b>0,11</b>	<b>55,94</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	7.276	0,09	2.144	892	4.240	0,09	58,27
Aposentadorias e Pensões	553	0,01	178	87	288	0,01	52,21
Obrigações Patronais	1.043	0,01	440	-	603	0,01	57,82
Outras Despesas	923	0,01	482	94	347	0,01	37,60
<b>Total Geral</b>	<b>7.875.793</b>	<b>100,00</b>	<b>2.080.547</b>	<b>857.486</b>	<b>4.937.759</b>	<b>100,00</b>	<b>62,70</b>

Fonte: Siafi.

**Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF**

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 23”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 24”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

**Tabela 23 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro**

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2021 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/06/2021 (B: Com Consolidação)	AV%	30/06/2021 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	28.630.480	100,00	23.901.340	100,00	4.729.140	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	26.831.169	93,72	21.526.968	90,07	5.304.201	112,16
Cota Recebida	8.770.032	30,63	7.440.396	31,13	1.329.636	28,12
Repasse Recebido	8.450.983	29,52	7.026.663	29,40	1.424.319	30,12
Sub-repasse Recebido	6.637.616	23,18	7.049.450	29,49	-411.834	-8,71
Repasse Devolvido	2.972.362	10,38	2.950	0,01	2.969.412	62,79
Sub-repasse Devolvido	177	0,00	7.509	0,03	-7.333	-0,16
Independentes da Exec. Orçamentária	1.799.311	6,28	2.374.372	9,93	-575.061	-12,16
Transf. Recebidas para Pagto. de RP	1.591.735	5,56	2.144.738	8,97	-553.002	-11,69
Demais Transferências Recebidas	21.420	0,07	13.307	0,06	8.113	0,17
Movimentação de Saldos Patrim.	185.085	0,65	216.327	0,91	-31.242	-0,66
Movim. para Incorp. de Saldos	1.071	0,00	0	0,00	1.071	0,02

Fonte: Siafi.

**Tabela 24 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro**

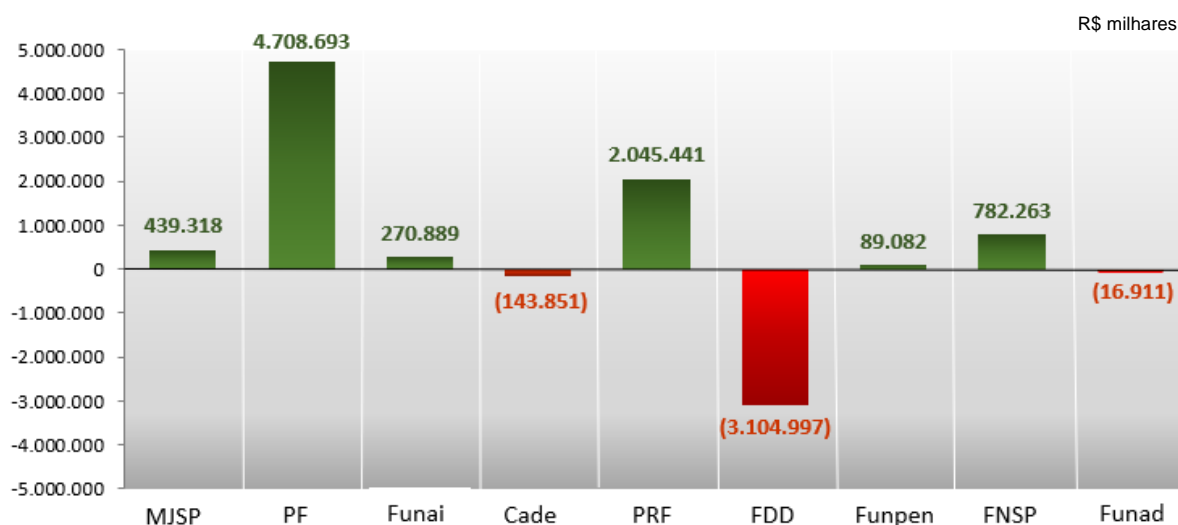
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2021 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/06/2021 (B: Com Consolidação)	AV%	30/06/2021 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	23.560.554	100,00	16.942.575	100,00	6.617.978	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	21.045.560	89,33	14.145.984	83,49	6.899.576	104,26
Repasse Concedido	8.460.456	35,91	7.082.127	41,80	1.378.329	20,83
Sub-repasse Concedido	6.637.616	28,17	7.049.450	41,61	-411.834	-6,22
Cota Devolvida	2.974.949	12,63	3.948	0,02	2.971.001	44,89
Repasse Devolvido	2.972.362	12,62	2.950	0,02	2.969.412	44,87
Sub-repasse Devolvido	177	0,00	7.509	0,04	-7.333	-0,11
Independentes da Exec. Orçamentária	2.514.994	10,67	2.796.592	16,51	-281.598	-4,26
Transf. Conced. para Pagto. de RP	1.175.689	4,99	1.506.371	8,89	-330.682	-5,00
Demais Transferências Concedidas	119.589	0,51	8.810	0,05	110.779	1,67
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.218.646	5,17	1.281.411	7,56	-62.765	-0,95

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentado por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), está demonstrado na “Figura 14” a seguir.

Figura 14 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



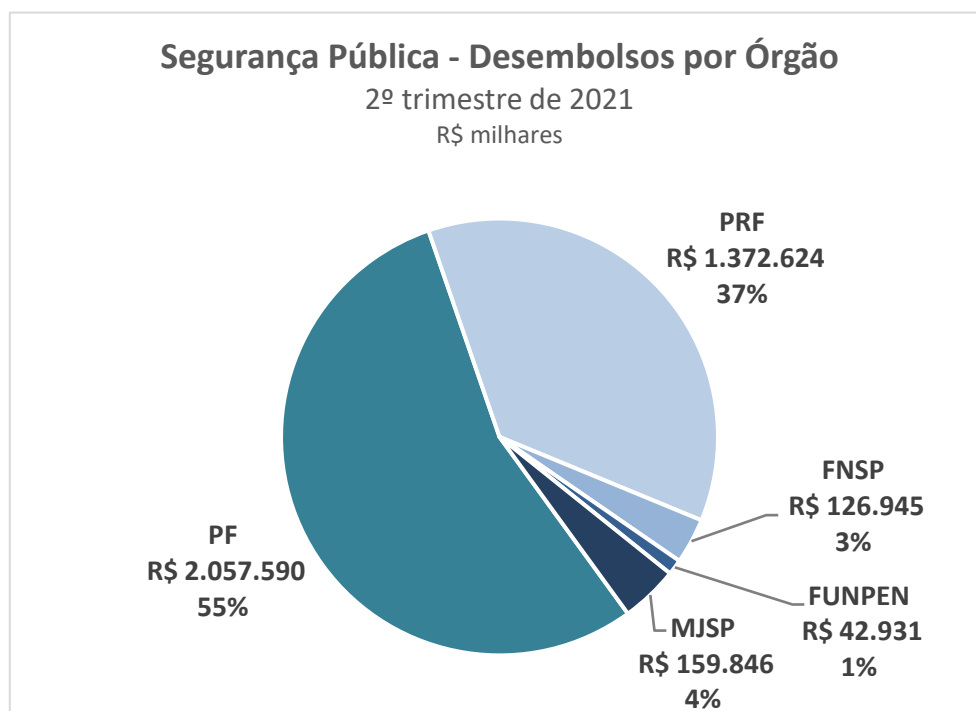
Fonte: Siafi.

### Nota 19 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 11,97% (R\$ 3.759.936 mil), no 2º trimestre de 2021, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,72% (R\$ 2.057.590 mil) e 36,51% (R\$ 1.372.624 mil), somando 91,23% (R\$ 3.430.215 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na "Figura 15".

Figura 15 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



Fonte: Siafi.

Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 60,25% (R\$ 2.265.286 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme “Tabela 25”.

**Tabela 25 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública**

R\$ milhares

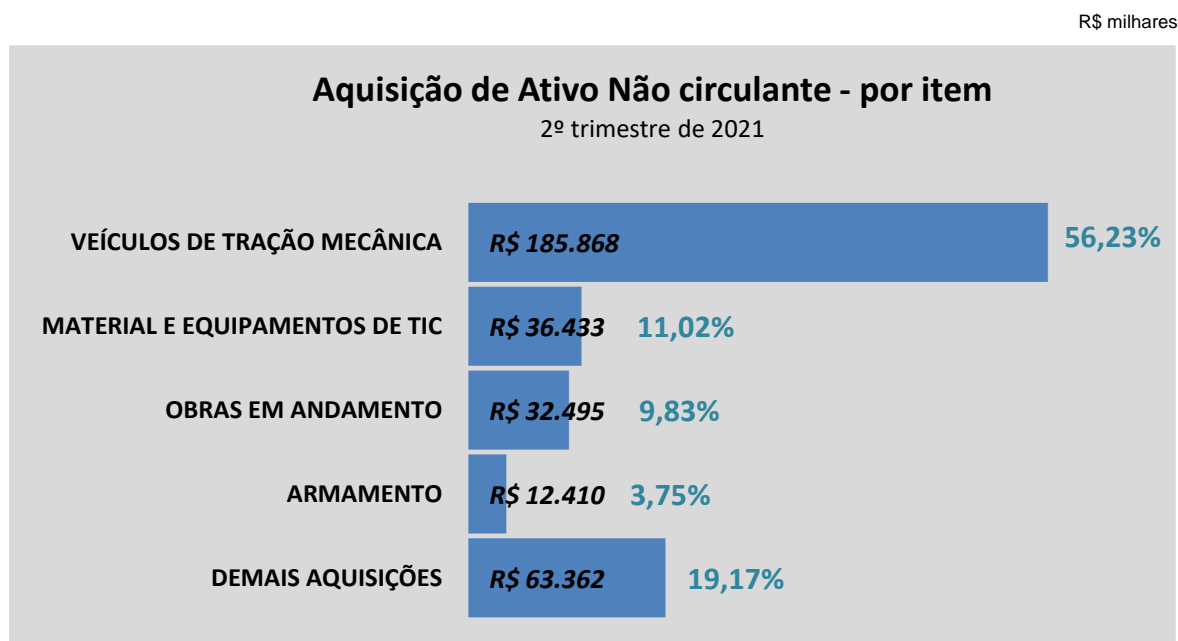
SEGURANÇA PÚBLICA	PF	PRF	MJSP	FNSP	FUNPEN	Total %	Total Geral R\$
Subsídios	35,83%	24,41%	0,00%	0,00%	0,00%	60,25%	2.265.286
Demais desembolsos	18,90%	12,09%	4,25%	3,38%	1,14%	39,75%	1.494.650
<b>Total</b>	<b>54,72%</b>	<b>36,51%</b>	<b>4,25%</b>	<b>3,38%</b>	<b>1,14%</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.759.936</b>

Fonte: Siafi.

## Nota 20 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

As aquisições de Ativo não Circulante integraram 86,65% (R\$ 330.569 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em junho de 2021. Nesse sentido, a aquisição de veículos de tração mecânica representou 56,23% (R\$ 185.868 mil) do total das aquisições. Destaque para a PF com 57,04% (R\$ 106.012 mil) desse total.

**Figura 16 –Aquisição de Ativo não Circulante – por item**

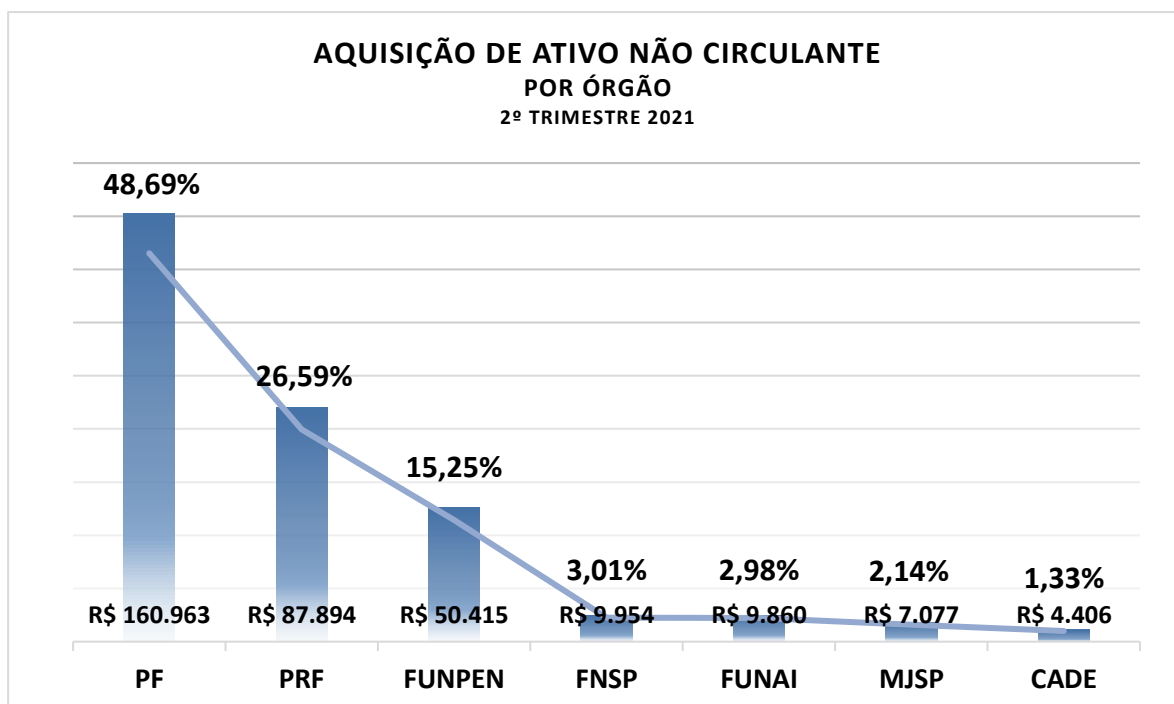


Fonte: Siafi.

Na “Figura 17” evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. A PF obteve maior saldo até o 2º trimestre de 2021, 48,69% (R\$ 160.963 mil), sendo a aquisição de veículos de tração mecânica 32,07% (R\$ 106.012 mil) o item mais representativo em relação aos demais órgãos. Nesse sentido, destacou-se, também, a PRF com 12,00% (R\$ 39.680 mil). Ambos em relação aos demais órgãos e ao valor total da rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante.

Figura 17 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão

R\$ milhares



Fonte: Siafi.

### Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", os quais corresponderam a 0,02% (R\$ 57.241 mil) do saldo final da DMPL no 2º trimestre de 2021, 136,88% (R\$ 78.5832 mil) foram registrados na Coordenação-Geral de Logística e Contratos - CGL do MJSP, conforme demonstrado na "Tabela 26", sendo R\$ 72.387 mil decorrentes dos seguintes lançamentos contábeis de baixa de depreciação acumulada de bens móveis:

- Nota de Lançamento 201NL000016, de 29/01/2021, de R\$ 9.068 mil: baixa de depreciação de bens tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto, relativo à descentralização de bens a cargo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, consoante tratativas nos autos do processo 08084.000202/2018-18 CGDS/SAA/SE/MJSP.
- Nota de Lançamento 2021NL000019, de 29/01/2021, de R\$ 35.822 mil: baixa de depreciação de bens tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, consoante tratativas nos autos do processo 08084.001727/2019-51 da CGDS/SAA/SE/MJSP.
- Nota de Lançamento 2021NL000022, de 29/01/2021, de R\$ 17.392 mil: baixa de depreciação tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto para o Departamento Penitenciário Nacional, consoante tratativas acordadas nos autos do processo 08084.001726/2019-15 da CGDS/SAA/SE/MJSP.
- Nota de Lançamento 2021NL000022, de 29/01/2021, de R\$ 10.106 mil: baixa de depreciação tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto para a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos e Serviços Gerais - CGDS/MJSP, relativo à migração de bens do sistema ASI para o SIADS, consoante termo de baixa 2021/000084.

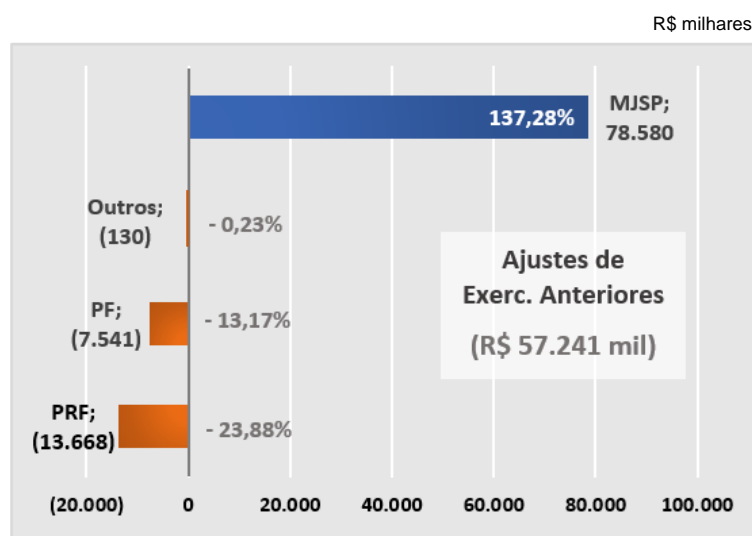
Destaca-se que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e o Fundo Nacional Antidrogas não realizaram "Ajustes de Exercícios Anteriores" no exercício de 2021, conforme pode-se observar na "Tabela 26".

Tabela 26 – Ajustes de Exercícios Anteriores – composição por órgão e unidade gestora

Órgão/ Unidade Gestora	R\$ milhares	
	30/06/2021	AV %
<b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b>	<b>78.580</b>	<b>137,28</b>
Coordenação-Geral de Logística e Contratos	78.352	136,88
Demais Unidades Gestoras	228	0,40
<b>Fundo Penitenciário Nacional</b>	<b>7</b>	<b>0,01</b>
Penitenciária Federal em Catanduvas/ PR	7	0,01
Diretoria do Sistema Penitenciário Federal	(5)	-0,01
Penitenciária Federal em Brasília	4	0,01
Demais Unidades Gestoras	1	0,00
<b>Fundação Nacional do Índio</b>	<b>(24)</b>	<b>-0,04</b>
Coordenação Reg. Litoral Sudeste/ SP	24	0,04
Coordenação Regional Baixo Tocantins/ PA	17	0,03
Coordenação Regional Araguaia Tocantins/ TO	16	0,03
Coordenação Regional do Litoral Sul/ SC	(83)	-0,14
Demais Unidades Gestoras	3	0,00
<b>Fundo Nacional de Segurança Pública</b>	<b>(112)</b>	<b>-0,20</b>
Fundo Nacional de Segurança Pública (unidade gestora única)	(112)	-0,20
<b>Polícia Federal</b>	<b>(7.541)</b>	<b>-13,17</b>
Coordenação Geral de Administração	(4.333)	-7,57
Superintendência Regional no Estado do MT	(954)	-1,67
Superintendência Regional no Estado de SP	(656)	-1,15
Superintendência Regional no Estado do AM	(392)	-0,69
Superintendência Regional no Estado de GO	(239)	-0,42
Superintendência Regional no Estado de MG	(193)	-0,34
Superintendência Regional no Estado de SC	(135)	-0,24
Superintendência Regional no Estado de MA	(111)	-0,19
Superintendência Regional no Estado de TO	(78)	-0,14
Demais Unidades Gestoras	(527)	-0,92
<b>Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>(13.668)</b>	<b>-23,88</b>
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Diretoria Geral	(13.522)	-23,62
Demais Unidades Gestoras	(146)	-0,26
<b>Total</b>	<b>57.241</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi.

Figura 18 – Ajustes de Exercícios Anteriores – composição por órgão



Fonte: Siafi.

Com referência à constituição de reserva de reavaliação de ativos, correspondente a R\$ 510 mil do saldo final da DMPL em junho de 2021, a Fundação Nacional do Índio representou 201,54% (R\$ 1.029 mil) e a Polícia Rodoviária Federal representou -156,33% (R\$ 798 mil); sendo, respectivamente, os órgãos de maior e menor impacto sobre o montante da referida rubrica contábil, conforme pode-se observar na “Tabela 27”, que detalhou a composição da referida reserva por órgão e unidades gestoras mais impactantes. A “Tabela 28” qualificou a composição por conta contábil.

**Tabela 27 – Constituição de Reserva de Reavaliação de Ativos – composição por órgão e unidade gestora**

Órgão/ Unidade Gestora	R\$ milhares	
	30/06/2021	AV %
<b>Fundação Nacional do Índio</b>	<b>1.029</b>	<b>201,54</b>
Coordenação Regional do Litoral Sudeste/ SP	982	192,39
Coordenação Regional do Baixo Tocantins/ PA	259	50,81
Coordenação Regional do Litoral Sul/ SC	(234)	-45,84
Demais Unidades Gestoras	21	4,17
<b>Fundo Penitenciário Nacional</b>	<b>196</b>	<b>38,44</b>
Penitenciária Federal em Catanduvas/ PR	193	37,77
Demais Unidades Gestoras	3	0,67
<b>Polícia Federal</b>	<b>77</b>	<b>15,14</b>
Superintendência Regional do DF	66	12,94
Superintendência Regional do Estado do RN - "Demais Reservas"	29	5,67
Demais Unidades Gestoras	(18)	-3,47
<b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b>	<b>6</b>	<b>1,21</b>
Secretaria Nacional de Segurança Pública (unidade gestora única)	6	1,09
<b>Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>(798)</b>	<b>-156,33</b>
Polícia Rodoviária Federal/ DF	(694)	-135,90
Superintendência Regional Pol. Rodov. Federal/ RN	(104)	-20,44
<b>Total</b>	<b>510</b>	<b>100,00</b>

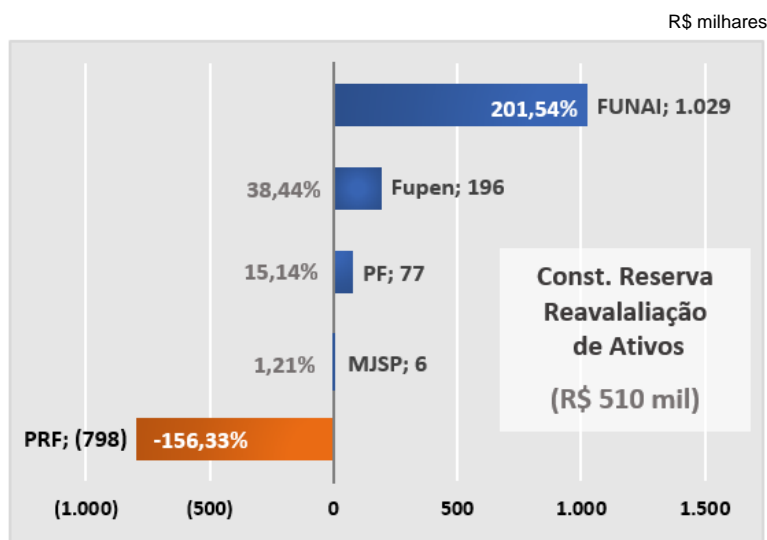
Fonte: Siafi.

**Tabela 28 – Constituição de Reserva de Reavaliação de Ativos – composição por conta contábil**

Conta Contábil	R\$ milhares	
	30/06/2021	AV %
Veículos de Tração Mecânica	1.101	215,63
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/ TIC	43	8,37
Softwares	12	2,34
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(693)	-135,74
Demais Reservas	48	9,41
<b>Total</b>	<b>510</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi.

**Figura 19 – Constituição de Reserva de Reavaliação de Ativos – composição por órgão**



Fonte: Siafi.



O resultado do exercício, de R\$ 8.337.632 mil, em junho de 2021, representou 3,42% do saldo patrimonial líquido de 2021, sendo impactado principalmente por:

- a) "Reavaliação de Ativos" e "Transferências Intragovernamentais Recebidas"; correspondentes, respectivamente, a 73,44% (R\$ 89.602.277 mil) e 23,47% (R\$ 28.636.161 mil), somando 96,91% (R\$ 118.238.438 mil) das variações patrimoniais aumentativas, cujos detalhamentos constam nas notas explicativas de número 11 e de número 18;
- b) " Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas" e Transferências Intragovernamentais Concedidas"; correspondentes, respectivamente, a 71,77% (R\$ 81.583.318 mil) e 20,73% (R\$ 23.566.327 mil), somando 92,50% (R\$ 105.149.645 mil) das variações patrimoniais diminutivas, cujos detalhamentos constam nas notas explicativas de número 13 e de número 18.

O saldo restante de R\$ 235.070.175 mil, do início do exercício de 2021, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.